



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO**

Christiane Valladares

**A Esfera Pública e a Política segundo**  
**Hannah Arendt**

Brasília

2009

Christiane Valladares

# **A Esfera Pública e a Política segundo Hannah Arendt**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do CEFOR como parte das exigências do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo.

**Orientador: Dr. Antonio Teixeira de Barros**

**Examinador: M.S. João Carlos Medeiros de Aragão**

Brasília

2009

## **Dedicatória**

“Aos meus queridos filhos Enzo e Giovanna pela compreensão. Neles encontrei força suficiente para seguir em frente e não desanimar jamais.

À Jerônimo Araújo Costa Neto, pelo grande incentivo, amor e companheirismo.

À meus pais, pelo amor fraternal sempre oferecido.

Enfim a toda minha família.”

## **Agradecimentos**

Primeiramente a Deus,

Em especial ao Deputado Federal José Carlos Araújo,

Ao CEFOR, especialmente ao Rildo, Senna, Célia pela paciência e profissionalismo,

Aos colegas de gabinete Kátia e Cocentino pela amizade e compreensão,

À Câmara dos Deputados pela grande oportunidade,

Ao meu orientador Antonio Teixeira Barros e ao Professor João Carlos Medeiros de Aragão,

Aos colegas de curso pelos momentos inesquecíveis que passamos juntos.

*“O que tenho em mente é uma discussão muitíssimo elementar  
Da coisa toda... Não se trata de uma discussão do atual  
aparato de conceitos das ciências sociais e políticas  
ou do poder etc. Mas sim uma introdução àquilo que a política é, originalmente e  
com que condições fundamentais da existência e da condição humana a coisa política  
e pública, tem a ver.”*

***(Hannah Arendt)***

## RESUMO

Esta pesquisa estuda os conceitos e os valores da esfera pública e política na sociedade moderna segundo as sugestivas hipóteses da filósofa Hannah Arendt. O objetivo deste trabalho é definir, a partir das idéias de Arendt lançadas nas obras *O que é Política* e *A Condição Humana*, um espaço para o levantamento de questões relacionadas com a mídia e política enquanto um problema atual. O estudo tem como ponto de partida a crítica que Arendt fez à tradição do pensamento político, e do espaço público bem como as importantes experiências que essa pensadora recuperou na *polis* pré-filosófica. Com base no referencial das obras, ora lidas e estudadas foi possível identificar idéias bastante originais e instigadoras, que norteiam uma discussão sobre a construção da esfera pública no Brasil. Segundo a autora a esfera pública é uma zona de discurso, é o lugar do “mundo comum” do aparecimento e da visibilidade e, por conseguinte da política: um espaço reconhecido de opinião e de ação. No pensamento da Autora, a política não se define exclusivamente por referência ao Estado, mas antes como uma forma de sociabilidade, ou seja, um espaço público que cria suas próprias regras e seus próprios critérios, pelos quais os acontecimentos e os constrangimentos da vida em sociedade podem se fazer visíveis e inteligíveis para os que dela participam. A esfera pública é o espaço da palavra e da ação, onde ocorre o agir conjunto, a existência do “nós” e a manifestação da política. A esfera privada é o reino das necessidades do homem enquanto ser que precisa sobreviver, enquanto ser que possui necessidades.

**Palavras Chave:** esfera pública, política, mídia, Hannah Arendt, público, comunicação, política.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	08
<b>CAPITULO I – Sobre Hannah Arendt</b> .....	<b>09</b>
1.1.2-Principais Obras da Autora.....	15
1.1.3 – O que é Política.....	15
1.1.4 – Origens do Totalitarismo.....	17
1.1.5 – A Condição Humana.....	20
<b>CAPITULO II - A Esfera Pública como Espaço da Política</b> .....	<b>22</b>
2.1.1 – A Esfera Pública e a sua relação com o Homem.....	26
2.1.2 – A Esfera Pública e a Democracia.....	28
2.1.3 – A Contribuição de Habermas.....	31
2.1.4 – Habermas segundo pensamento Arendtiano.....	35
<b>CAPITULO III – Modelos de Esfera Publica</b> .....	<b>36</b>
3.1.1 - A vida Activa de Hannah Arendt.....	36
3.1.2 - As Esferas.....	38
<b>CAPITULO IV – Como a mídia transformou a Esfera Pública</b>	
4.1.1 – O termo Público.....	42
4.1.2 – A Esfera Pública e Mídia.....	42
4.1.3 – A Construção de um Espaço Público no Brasil.....	45
4.1.4 – Esfera Pública e Internet.....	53
<b>Conclusão</b> .....	<b>56</b>
<b>Notas</b> .....	<b>58</b>
<b>Referências</b> .....	<b>60</b>

## Introdução

Delinear o pensamento político de Hannah Arendt é de certa forma entrar em contato com o pensamento político antigo e, sobretudo o clássico. No que me cabe à discussão temática a ser tratada aqui, parto da perspectiva teórica na tentativa de estabelecer um estudo mais profundo quanto a noção de esfera pública. Tentarei, portanto discorrer de forma sintética, a noção de esferas pública presente no seu pensamento, tomando como ponto de partida as obras *A condição Humana* e *O que é Política*, que foram verdadeiros esteios para a realização desta monografia.

Segundo Hannah Arendt a esfera pública deve valorizar a pluralidade humana, respeitando as diferentes posições, mas buscando sempre um acordo mútuo. O mundo comum, isto é, a esfera pública perde seu sentido de existência ao ser encarado em um só aspecto, permitindo assim, somente a perspectiva de um espaço público somente para alguns.

Descobrir o mundo arendtiano foi uma experiência fascinante e entendê-lo foi de fato difícil. Portanto, este trabalho configura-se, de fato como uma singela tentativa de relacionar a mídia com a política a partir dos conceitos construídos por Hannah Arendt sobre esfera pública a partir das obras indicadas.

Sair ilesa depois de estudar Hannah Arendt é impossível. O pensamento da filósofa judeu-alemã no que se refere política e a esfera pública, seus escritos são de uma originalidade inconfundível. Sua preocupação com a verdade não procura estabelecer conceitos absolutos, mas dá margem à criação de novos conceitos que com certeza estão sempre em evolução.



## CAPITULO I

### Sobre Hannah Arendt

*“O mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado como no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isso o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que virão depois de nós”*

(ARENDR, Hannah, 2004, A Condição Humana, p.65).



Hannah Arendt nasceu em Hannover, na Alemanha, em 14 de outubro de 1906, proveniente de uma família de judeus de classe média que eram membros do partido social-democrático. Na infância, já era reconhecidamente brilhante: aos três anos, mostrava-se capaz de falar corretamente acerca de qualquer assunto. Mas também já tinha sua reputação, comprovada posteriormente, de rebelde e independente: expulsada da escola por ter liderado um boicote contra um professor que a teria insultado, preparou-se sozinha para o ingresso na faculdade. Em 1924, aprovada com distinção na Universidade de Berlim, estudava grego e latim, assim como teologia. Decidida a buscar tudo que fosse importante no âmbito dos estudos da filosofia na época, parte para a Universidade de Marburg, onde conhece o filósofo Martin Heidegger, com quem, além de ter aulas, viveu um romance que a marcaria pela vida toda. Esse romance foi duramente criticado em razão das posições próximas do nazismo de Heidegger e a pretensa falta de condenação dessa postura por parte de Arendt. Na verdade, Arendt não deixou de criticá-lo em cartas a amigos, conforme registra a sua extensa correspondência, mas visitou-o no pós-guerra diversas vezes, além de defender e difundir seu pensamento nos Estados Unidos.

Com ele Hannah Arendt aprende o que passaria a ser seu método principal: o *pensar apaixonado*, isto é, a possibilidade de conhecer uma síntese entre o pensar e o

estar vivo. Pensar não é pensar sobre alguma coisa, mas pensar alguma coisa. Não existiria neste pensar oposição entre razão e paixão ou entre o espírito e a vida. Dos tempos passados com Heidegger levaria, além do pensar apaixonado, o amor pela poesia, mas também uma visão crítica em relação a uma filosofia voltada para o indivíduo em isolamento. Esta seria, posteriormente, uma de suas principais preocupações em relação à modernidade: a tentação do ser humano para a interiorização e a conseqüente perda do espaço público ou do que ela chamou de dignidade da política.

Nessa época, está preparando sua tese de doutorado, *O Conceito de Amor em Santo Agostinho*, e por recomendação de Heidegger parte para a cidade de Heilberg para estudar com Karl Jaspers, de quem se tornaria amiga e discípula até o final da vida. Arendt herda de Santo Agostinho o conceito de comunidade. Para Santo Agostinho, amamos uns aos outros, pois pertencemos à mesma comunidade: todos nós descendemos de Adão (daí a idéia de gênero humano) e todos compartilhamos do mesmo destino: a morte. No entanto, é preciso observar que a morte, nesse contexto, não é algo negativo. A morte, para Santo Agostinho, remete necessariamente ao nascimento. Assim, nosso destino comum nos faz lembrar do início, do milagre do início, do novo começo, ou da *natalidade*, como diria Arendt, que passaria a ser uma categoria central de seu pensamento.

Em 1933, porém, Arendt e seu primeiro marido, Gunther Stern, um colega de faculdade especialista em filosofia da música, são forçados a sair da Alemanha rumo à França, em conseqüência do aumento das perseguições aos judeus. Ela já havia sido detida e interrogada diversas vezes em razão de seu trabalho para a Organização Sionista Alemã, com quem romperia em 1944 por discordar da posição do sionismo em relação à Palestina. Permanece em Paris até 1941, onde continua a desenvolver seus trabalhos tanto intelectuais como políticos, torna-se amiga de Walter Benjamin, separa-se do primeiro marido, casa-se com o segundo, o anarquista Henrich Blucher, que conhecera em 1936. Depois de ser presa num campo de concentração perto da fronteira espanhola (Gurs), por algumas semanas, decide fugir mais uma vez e parte para Nova Iorque, onde permanecera o resto de sua vida.

Nessa época Arendt, já estaria marcada por três vertentes ou formas de pensar: a primeira, seria a utilização do mundo clássico como base para a verificação de proposições morais e políticas; a segunda seria a filosofia cristã baseada em Santo Agostinho, em especial a questão da responsabilidade pessoal, e a filosofia

cosmopolita de Kant; em terceiro lugar, os filósofos da tradição do existencialismo: Kierkegaard, Husserl e Heidegger.

Durante todo o tempo após sua fuga da Alemanha, Arendt se tornaria apátrida, isto é, sem nacionalidade alguma. E isso não é um detalhe, pois traria influência marcante para suas reflexões, como a idéia da importância do chamado “direito a ter direitos”, ou seja, da cidadania, na garantia dos direitos humanos. Somente em 1951 consegue a cidadania norte-americana. Esse ano também seria o de sua consagração. A publicação de sua obra *Origens do Totalitarismo* é saudada, nos EUA, como grande glória. Em 1961, um acontecimento seria determinante no percurso intelectual de Arendt. Enviada para Jerusalém para assistir e cobrir, para a revista *New Yorker*, o julgamento do criminoso nazista Eichmann, que se transformaria posteriormente no livro, *Eichmann em Jerusalém - Um relato sobre a banalidade do mal*, essa experiência resultará no retorno à filosofia. Foi no seio da comunidade judaica, estendendo-se posteriormente a outros meios, que se desenvolveu a mais famosa polêmica gerada pelo livro.

Já no final da vida, a partir do início dos anos 70 ela retorna então à filosofia. Ainda sob o impacto de seu relato do julgamento de Eichmann, em que se deparou com a incapacidade de pensar como uma possibilidade para a dificuldade do juízo é porque Eichmann não pensava no que estava fazendo, que não tinha a capacidade de identificar sua conduta como criminosa, ela começa a escrever *A Vida do Espírito*, obra que ficaria inacabada com sua morte em 04 de dezembro de 1975, e que seria dividida em três partes: o pensamento a vontade e o juízo. Uma das perguntas neste livro seria: o que estamos fazendo quando estamos pensando? Sua preocupação consistia em indagar como podemos sem nos afastarmos do mundo ou transcendermos a ele, retirar-nos apenas o bastante, ou seja, ter a distância necessária para chegar à compreensão. Outra pergunta daí resultaria: é a capacidade de pensar que nos faz distinguir entre o bem e o mal? (Biografia: Os 100 anos de Hannah Arendt – Grupo de Estudos e Arquivo – FAPESP.)

## 1.1 O pensamento Arendtiano

Origens do Totalitarismo, e a Condição Humana (1958) são as obras que contêm as idéias mais difundidas idéias de Arendt. Em a Condição Humana, publicada em 1958, a Autora procura responder à pergunta: o que estamos fazendo? E a partir de três categorias de atividades da vida ativa o labor, o trabalho e a ação - aponta para a destruição das condições de existência do ser humano no mundo moderno, operada pela sociedade de massa. Nesta obra, sua proposta consiste em detectar o que é genérico e o que é específico na condição humana, por meio do estudo dessas três atividades fundamentais, que integram o que ela denomina de *vida activa*.

O labor é uma atividade derivada da necessidade e concomitante futilidade do processo biológico. Porque é a atividade que os homens compartilham com os animais, qualifica-a como a do *animal laborans*. Segundo ela, o labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida (HANNAH ARENDT – A Condição Humana, 1995).

O trabalho também está contido no processo vital. É através dele que o homem, neste caso o *homo faber*, cria coisas, extraídas da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados pelo homem. É a atividade que garante a permanência de um mundo comum, a durabilidade do mundo. É esta durabilidade que empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que a produziram, garantindo a permanência do mundo.

A terceira atividade, a ação, segundo ela, é a única que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, e tem como atributo criar a possibilidade para o exercício da liberdade e, conseqüentemente, a instauração do novo. No entanto, a ação desencadeia um processo irreversível e imprevisível. Preocupada com a fragilidade dos assuntos humanos em que os atos são irreversíveis e imprevisíveis e para garantir aos homens o espaço público, Arendt apresenta como possível solução, o emprego de duas potencialidades da própria ação: o perdão e a promessa. A única solução possível para o problema da irreversibilidade – a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não soubessem ou não pudessem

saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. Para Arendt, existem, contudo, duas ressalvas a serem feitas em relação ao perdão. A primeira diz respeito ao que ela denomina imperdoável ou ‘mal radical’, na esteira de Kant, cujo exemplo mais próximo eram os crimes contra a humanidade cometidos pelos nazistas na II Guerra Mundial, em relação aos quais não haveria a possibilidade de perdão. A outra ressalva consiste na idéia de que o que se perdoa não é o ato e, sim, o agente. O perdão é dirigido a alguém que cometeu algo. É, portanto, um ato de amor.(HANNAH ARENDT – A Condição Humana, pg. 220).

Quanto à possibilidade de um substrato divino, o perdão é uma experiência puramente humana, mesmo no caso de Cristo, que ela, para lembrar suas raízes terrestres, chama sempre de Jesus de Nazaré. Sendo as ações humanas, além de irreversíveis, imprevisíveis, como propõe Arendt: a solução para o problema da imprevisibilidade, da caótica incerteza do futuro, está contida na faculdade de prometer e cumprir promessas, chamando a atenção para o fato de que, contrariamente ao perdão, que sempre foi considerado irrealista e inadmissível na esfera pública, a promessa sempre esteve presente, desde os romanos, por meio da idéia da inviolabilidade dos pactos. Como podemos ver, Arendt passaria a dedicar-se à política de forma integral. Em entrevista à televisão alemã, em 1964, afirmou:

*“Não sou filósofa. minha profissão – se pode ser chamada assim – é a teoria política. Eu me despedi irreversivelmente da filosofia. Estudei filosofia, mas isso não quer dizer que permaneci nela. A razão, por si mesma, a faculdade de pensar que possuo, tem necessidade de atualizar-se.”(Hannah Arendt – O que é política)*

A preocupação com a política permeia toda sua obra, quer pela análise de regimes ou sistemas de governo, como o totalitarismo, ou de temas correlatos, como autoridade, liberdade, revolução, violência. A seu ver, o exercício do pensamento político consiste em mover-se na lacuna entre o passado e o futuro, tomando os acontecimentos do presente, da experiência viva, dos quais o pensamento pode emergir.

A compreensão é a base do pensamento de Arendt. A Autora dizia, que não queria educar ou convencer, mas apenas compreender. Pensadora controvertida, manteve-se sempre afastada das escolas acadêmicas, partidos políticos e linhas ideológicas. Daí decorre a relutância de alguns meios em aceitar sua obra, pois, como

ela mesma dizia, “*de certa forma, eu não me enquadro.*” (JOÃO MAURÍCIO ADEODATO – No rastro do pensamento de Hannah Arendt)

No que se refere à sua visão do mundo, podemos dizer que seu pensamento é realista, sem, no entanto, cair no pessimismo estéril. Após o julgamento de Eichmann, ela diria, de forma visionária:

*as razões particulares que falam pela possibilidade de repetição dos crimes cometidos pelos nazistas são ainda mais plausíveis. A assustadora coincidência da explosão populacional moderna com a descoberta de aparelhos técnicos que, graças à automação, tornarão ‘supérfluos’ vastos setores da população, até mesmo em termos de trabalho, e que, graças à energia nuclear, possibilitam lidar com essa dupla ameaça com o uso de instrumentos ao lado dos quais as instalações de gás de Hitler pareceriam brinquedos de uma criança maldosa - tudo isso deve bastar para nos fazer tremer. (Posfácio Hannah Arendt – Origens do Totalitarismo p. 68)*

No entanto sua obra é permeada pela idéia do nascimento, do milagre do novo. O homem, para ela, é capaz de realizar o infinitivamente improvável, e isso só é possível porque cada homem é singular; a cada nascimento, vem ao mundo algo de singularmente novo. Há cem anos, “uma criança veio ao mundo”, alguém que acreditaria na possibilidade do início de um novo começo, mesmo vivendo numa época em que o mal se mostrou ao mesmo tempo banal e radical, mas sempre extremo. (HANNAH ARENDT, A Alienação do Mundo – Livro: A condição Humana, pg.260)

## 1.1.2 Principais obras da Autora: Breve Síntese Origens do Totalitarismo, O que é Política e a Condição Humana

### 1.1.3 - O que é Política

*“A política se baseia na pluralidade dos homens. Deus criou o Homem, os homens são um produto humano mundano e produto da natureza humana ”(Hannah Arendt – O que é Política, fragmento 1, Agosto de 1950.)*

A política é um fenômeno social em sua raiz, econômico e cultural devido ao seu desenvolvimento histórico. Segundo Arendt, “a chave da política esta no nível da organização social. A política é então uma criação humana, uma ferramenta do homem que se desenvolveu junto com o homem, pelo homem e entre os homens.

Arendt diz:

*A política baseia-se na pluralidade dos homens [...] a política trata da convivência entre diferentes. Os homens e organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto [...] Os homens organizam corpos políticos sobre a família [...] A política não esta nos homens, mas entre eles. ( – O que é Política pg. 09)*

A política nasceu como um instrumento, de igualação, um modo de organização do homem para assuntos em comum, foi a ponte de migração do state of nature as a war off all against all ( estado de natureza como a guerra de todos contra todos) foi a mãe do Estado Moderno. Tornou-se um verdadeiro fenômeno pois o homem contemporâneo não pode pensar que pode viver sem a política.

Já a construção do pensamento político de Hannah Arendt cujo início mais sistemático foi a denúncia do totalitarismo e a tentativa de compreendê-lo, tem como fundamento a compreensão da condição humana. Mais uma vez deve-se estar atento a seu pressuposto da inter-relação entre o pensamento e a experiência concreta. O itinerário de seu pensamento iniciou-se por uma experiência de catástrofe ao mesmo tempo moral e política. Hannah Arendt foi particularmente sensível ao profundo

impacto causado pelo nazismo e seu terror totalitário. "A terrificante originalidade do totalitarismo", disse ela, não reside no fato de que uma nova 'idéia' apareceu, mas está nos atos que romperam com nossa tradição, e tais atos literalmente pulverizaram nossas categorias políticas e nossos critérios de julgamento moral. Devemos sempre ter em mente a ênfase com que H. Arendt definiu sua tarefa de pensamento. Diante desse pano de fundo Hannah, lembra em abordagens sempre novas, a idéia da coisa política que aflora pela primeira vez na história na polis grega, e que é idêntica à liberdade. Além disso ela constata: "A política baseia-se no fato da pluralidade dos homens", ela deve, portanto, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais. Distinguindo-se da interpretação geral comum do homem enquanto um *zoom politikon* (Aristóteles) em consequência da qual o político seria inerente ao ser humano, Arendt acentua que a política surge não no homem, mas sim entre homens e que a liberdade e espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política. O sentido da política para a autora vem a ser a liberdade. Sua idéia do que é político nasceu na verdade, da lembrança da antiga polis grega. (HANNAH ARENDT – O Sentido da Política ,1998 pg. 124).

### **1.1.4 Origens do Totalitarismo**

O totalitarismo para Arendt vem a ser o mundo às avessas enquanto o homem proclama a destruição de tudo aquilo que a revolução propõe. A posição de H. Arendt inaugura um combate por determinada causa que alimentará seu pensamento político até o final, ou seja, a crítica aos regimes políticos totalitários. A compreensão prévia, diz a autora denuncia a tirania do totalitarismo e pressupõe que nosso combate é um combate pela liberdade. O propósito de recuperação daquilo que foi destruído pelo totalitarismo, a instauração do político nos homens, passava pela questão da "correlação das atividades humanas. Assim surgiu o interesse das investigações de H. Arendt após As origens do totalitarismo, centradas naquilo que H. Arendt denominou vida activa.

*Pensar o que fazemos: em suas reflexões H. Arendt está preocupada com o seguinte: em primeiro lugar, em ser o mais fiel possível para com a experiência de cada homem, preocupação, aliás, rara em reflexões desta natureza na atualidade; em segundo lugar ela está sempre atenta em conhecer experiências passadas que podem*



*instruir o homem contemporâneo. Deste modo, H. Arendt recupera decisivamente, nas mesmas trilhas de seus amigos Walter Benjamin e Heidegger, o lugar essencial da linguagem como repertório das experiências do passado. o método de H. Arendt é "uma espécie de fenomenologia, que assume a palavra como ponto de partida ao detectar na historicidade de seus significados o repertório das percepções passadas - verdadeiras ou falsas, reveladoras ou dissimuladoras - que esclarecem elementos chave, de fenômenos políticos como, por exemplo, autoridade, revolução, violência, força, liberdade. (Pós-facio a Homens em Tempos Sombrios, p. 239, Origens do Totalitarismo).*

Em seu cuidado constante de apresentar uma descrição adequada da condição humana ela nos remete sem cessar às línguas antigas, como o grego e o latim. Nessa obra, ela se dedica a uma análise conceitual orientada por uma questão: De onde vêm os conceitos? A tarefa filosófica encerra no fundo a preocupação de recuperar através destes conceitos, experiências históricas e políticas concretas. Que incidentes da experiência viva, que acontecimentos são esses aos quais Arendt se refere de importância política tal, a ponto de ter quebrado, segundo ela, a continuidade da História Ocidental? Esse acontecimento é o totalitarismo e assim Arendt se expressa a propósito do seu significado: “a dominação totalitária como um fato estabelecido que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos ‘crimes’ não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da História Ocidental. A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado” (HANNAH ARENT – Livro - Origens do Totalitarismo)

Foi, então, a experiência totalitária, o fenômeno do totalitarismo que levou Arendt a se tornar uma *storyteller*. (uma contadora de histórias). Ao escrever Origens do Totalitarismo Arendt se deu conta de que estava diante de um “problema epistemológico” (AGUIAR, 2001, p. 216) porque não havia tradição filosófica dentro da qual esse mal absoluto pudesse ser compreendido. A experiência totalitária não podia ser entendida como culminação de um processo, como desenvolvimento de uma causa que pudesse ser encontrada no passado. Qual foi a saída que Arendt encontrou? Narrar à experiência, ao contrário de escrever uma história do totalitarismo. No lugar de afirmar, então, em Origens que o totalitarismo podia ser explicado à luz da história, o que Arendt fez foi analisar em termos históricos os elementos que se cristalizaram neste acontecimento que, em seus termos, “é o acontecimento central de nosso mundo” (ARENDR, 1993, p. 39). O que o livro mostra, de fato, é uma convergência de elementos: anti-semitismo, racismo, imperialismo, crise dos estados nacionais, a força da ideologia, o terror; esses elementos conjugados acabaram por cristalizar-se em totalitarismo. A narrativa de Origens é reveladora do fato de que, Arendt não está interessada apenas em descrever os fatos, mas sua narrativa indica “um modo de pensá-los” (AGUIAR, 2001, p. 217) e é por isso que Origens não é um livro sobre a história do totalitarismo não é um livro de ciência, mas de filosofia. A narrativa, como um “exercício de pensamento”, realiza o que Arendt se propôs com o livro: pensar o totalitarismo e não apenas reconstituir os fatos.

Se for verdade, como disse Heidegger, que toda grande pensadora passa a vida pensando um único pensamento ou uma única questão e a sua própria questão, como ele a anuncia na primeira página de *Ser e Tempo*, era a do significado do *Ser*; no caso de Hannah Arendt, a sua questão foi motivado por

esse evento, qual seja o evento totalitário, e o que ela quis foi *compreender* como foi possível o aparecimento na cultura ocidental de um fenômeno dessa natureza ao qual ela se referia ora chamando-o de “mal absoluto”, ora de “mal radical”.

Apesar do livro *Origens do totalitarismo* trazer no próprio nome essa referência à origem, esse termo não está relacionado a causas. Se Arendt prefere falar de elementos, no lugar de causas, é porque a categoria da causalidade por meio da qual um acontecimento sempre causa e pode ser explicado por outro, é uma categoria estranha e falsificadora no reino das ciências históricas e políticas. Os elementos, por si mesmos, provavelmente nunca causam nada. Tornam-se origens de acontecimentos se e quando se cristalizam em formas fixas e definidas. Então, e apenas então, podemos retrair a sua história (ARENDR, 1997, pg. 195). É nesse sentido que o acontecimento ilumina o próprio passado; porém, jamais pode ser deduzido dele. Os eventos, significando algo irrevogavelmente novo, jamais poderiam acontecer e jamais significariam algo novo, se colocados dentro de um quadro de categorias preconcebidas como, por exemplo, a causalidade. Além disso, a história sem os eventos tornar-se-ia a monotonia morta da mesmice desdobrada no tempo.

### **1.1.5 A Condição Humana**

Nas páginas mais belas de *A condição humana*, a descrição de Arendt sobre a estreita relação entre ação e história merece ser recuperada aqui, na íntegra, para que assim seja possível compreender a dimensão desta atividade – a ação - que compõe a teia de relações e as histórias humanas. Vejamos o relato da Autora:

*a história iniciada por uma ação compõe-se de seus feitos e dos sofrimentos deles decorrentes [...] A ação só se revela plenamente para o narrador da história, ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes. Todo relato feito pelos próprios atores, ainda que, em raros casos, constitua versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade de sua história. Aquilo que o contador de histórias pretende*

*narrar deve necessariamente permanecer oculto para o ator; pelo menos enquanto este último estiver empenhado no ato ou em suas conseqüências, pois, para o ator, o sentido do ato não está na história que dele decorre. Muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o narrador que percebe e 'faz' a história. (ARENDR, 1991, pg. 203-205).*

A ação política e H. Arendt está profundamente amparada na idéia do que seja a nossa condição de existência humana no mundo. Esta pensadora, diante de uma época em que ela própria denominou de tempos sombrios, desafiou a crise do pensar vivida pelo Ocidente no século XX, criando uma das reflexões mais profundas a respeito dos problemas políticos e éticos de seu tempo.

As bases da teoria política de H. Arendt originam-se da condição cíclica do homem no mundo. Esta percepção fenomenológica, conforme a reflexão sobre, a vida humana diante da História: não somos os primeiros nem os últimos a habitar a terra. Ao surgirmos no mundo, somos educados de acordo com a dimensão cultural de uma determinada época, que tem seus problemas e desfrutes. Estamos imersos em um universo cultural do qual somos educados e com o qual damos sentidos e funções para a política na vida pública.

Para Arendt o conjunto de tradições que nos são dados e que passamos a mobilizar e se responsabilizar é o atributo fundamental do conceito de liberdade, uma vez que constitui as atividades do mundo que são comuns aos homens. A dimensão da vida pública é, pois, o estado que dimensiona a liberdade humana. Se formos livres, logo teremos vida pública que expressa esta liberdade. Arendt tem uma concepção de liberdade dita negativa. A liberdade vem da capacidade da ação humana em fundar e preservar corpos políticos nos quais os homens, por seus feitos e palavras, se apresentam uns aos outros.

É na noção de ação que Arendt pensa a política. A pensadora atribui uma distinção interna que encobre a dimensão da vida activa e contemplativa. A vida contemplativa surge como um atributo que abriga, como regra, a todos os seres humanos. O que Arendt busca notar é que não é necessário ser especialista ou um profissional qualquer para tornar-se um pensador (no sentido mais amplo) e ter capacidade para fazer julgamentos políticos autênticos. Ela se volta à Grécia Antiga para iluminar a reflexão. O ato de pensar é, acima de tudo, uma atitude como igual à socrática. Sócrates segundo a autora nos mostrou que o pensamento é o maior artifício humano para lançar-se contra o mal. Em última análise, Arendt aposta que, como em

Sócrates, pensar e agir não podem estar em contradição. E uma vida sem exame, sem reflexão, não é uma vida que vale a pena ser vivida.

A principal manifestação das crises, concluía a pensadora, é a perda do senso comum (do mundo comum). Por esta idéia, não entendia em sua acepção corrente (como oposição a um saber científico), mas como ausência de significações partilhadas por uma comunidade política.

As maiores conseqüências dessa perda do senso comum seriam os sinais de que a individualidade aparece como anuladora da responsabilidade de cada indivíduo diante de um mundo comum, isto é, com o espaço público e com a própria condição humana do homem. (HANNAH AREDNT – A Condição Humana,1998).

## **CAPÍTULO II**

### **A Esfera Pública como Espaço da Política**

Com a emergência da mídia moderna, torna necessário um esforço imaginativo para trabalhar a noção de esfera pública em termos de “um espaço social gerado pela comunicação, (MAIA, 1998, pg.12).Genericamente os jornais contribuíram para o surgimento da opinião pública, termo cunhado primeiramente por volta de 1750; em inglês e 1781; em alemão em 1793. Esse desenvolvimento foi redefinido a partir do trabalho de Habermas no Livro Mudança estrutural da esfera pública. A expressão “esfera pública” originou-se com base na tradução de uma palavra cunhada por Habermas: öffentlichkeit (publicidade, no sentido de tornar-se público). (BRIGSS; BURKE, 2004, P.80)

A esfera pública é a palavra. Esta por sua vez destina-se a convencer os interlocutores, servindo-se de argumentos ou razões. É a relação entre a vida social

que se materializa no público. As trocas públicas dos argumentos são conduzidas aqui com razoabilidade e racionalidade. Uma discussão dotada de sentido social supõe que se discutem e empreguem-se argumentos que são dispostos em posições e contraposições voltados para a obtenção de uma opinião prevalente ou de um consenso possível. Assim participar de uma esfera pública significa, comprometer-se a obedecer às leis da racionalidade e da discursividade. Enfim a argumentação pública que se realiza na esfera pública constringe os parceiros do debate a aceitar como única autoridade aquela que emerge do melhor argumento.

A esfera pública moderna nasce com a burguesia e foi motivada pelo contraste entre a sua enorme importância social e a sua condição de privados de função política. Neste contexto podemos abranger uma insistência grande no uso da expressão “público” constitui-se contra a política do segredo de Estado praticada pela autoridade aristocrática.

*A nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e, portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir das trevas da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz mais intensa da esfera pública. (Arendt, 2000, p.61).*

*Para percebermos o público é importante colocarmos que a esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns com os outros. (Arendt, 2000, p. 62)*

A esfera pública esta presente no pensamento de Hannah Arendt. Esta centralidade se justifica pela defesa que ela faz da autonomia e da dignidade da política - condição perdida, segundo ela, com a inversão de valores ocorrida na modernidade, quando a lógica privada ganha dimensão pública e a política passam a se constituir numa mera esfera administrativa atribuída ao Estado.

A política, segundo esta Autora, existe quando os homens agem e se comunicam coletivamente, o que requer um espaço onde os homens possam se encontrar e interagir através da ação e da palavra. Ela é possível quando os homens são capazes de fazer a experiência intersubjetiva da realidade do mundo.

Na crítica que faz à modernidade, Arendt aponta os efeitos causados pela supressão da política como ação compartilhada pelos homens. Em primeiro lugar, os homens deixam de estar munidos dos fundamentos sólidos, como a autoridade, a

tradição e as referências valorativas abrangentes, que os orientavam na compreensão e na construção do mundo comum. Neste contexto, os homens tornaram-se vulneráveis às experiências de regimes políticos. Esta é, segundo Arendt, a condição histórica que explica o surgimento dos regimes totalitários no século XX, que se caracterizaram pela total supressão da liberdade e pela atomização dos homens numa sociedade de massa.

E é a partir desta crítica à modernidade que Arendt defende uma noção de esfera pública como o lugar gerador da vida política, em contraposição à idéia liberal de espaço agregador de indivíduos interessados que passam a experimentar uma forma radical de existência privada, o que retira, completamente, a dimensão política do espaço público. (HANNAH ARENDT – Fragmento 3d – O sentido da Política pg. 123)

As reflexões sobre a esfera pública, seja pela filosofia política ou pela ciência política, são crescentes hoje em razão da movimentação em torno do apelo à democracia participativa. Sendo assim, no debate sobre a democracia, as atenções se voltam para a questão da esfera pública, que procura elucidar a forma como os homens coordenam e direcionam os seus interesses para o centro das decisões políticas, e onde tais decisões ganham legitimidade.

No entanto, para Arendt, a época moderna, ao negar a natureza política à esfera pública, trouxe no seu lugar “uma sociedade despolarizada marcada pela atomização, competição e instrumentalização de tudo, uma sociedade de homens que, sem um mundo comum que a um só tempo os relacione e separe, ou vivem em uma separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em massa. Um dos principais sintomas das mudanças ocorridas na modernidade é o fato da vida se tornar medida de valor incorporada e assegurada pelo Estado. A vida torna-se um fenômeno da política e, em vista disso, os “imperativos da necessidade invadem a esfera pública de tal forma que esta se desfigurou e transformou-se numa esfera da administração técnica e burocrática que existe apenas em função do Estado.

Os homens passam a agir orientados pela necessidade, e isso, segundo Arendt, expressa o primado do trabalho como condição da vida associativa, prescindindo, portanto, da sociabilidade especificamente política. O trabalho, que historicamente sempre fez parte da vida privada dos homens não promove, para Arendt, a sociabilidade própria da vida política, e o fato de ter se constituído, na modernidade, como ordenador da vida social, passa a incorporar os homens como produtores e consumidores. Mas isso significa a privação de um mundo compartilhado de significados e a prevalência dos interesses privados na arena pública.

A desprivatização dos interesses só é possível quando eles ganham sentido em meio à intersubjetividade humana, quando os homens são capazes de se comunicar uns com os outros e estabelecer acordos. E isso depende de uma forma de sociabilidade específica regida pela pluralidade humana e pela diversidade de interpretação, que permitem o entendimento público. Na ausência da esfera pública, a subjetividade passa a ser a medida de todas as coisas, o que inviabiliza a noção de senso comum, pois este sentido só pode ser construído quando os homens são capazes de discernir e julgar as coisas do mundo, e quando fazem a experiência da realidade do mundo através da ação e da palavra.

Vale ressaltar aqui que, Hannah Arendt tece alguns comentários a representação política onde ela critica radicalmente a noção de soberania de Rousseau, filiando-se explicitamente à linhagem da divisão e da limitação dos poderes de Montesquieu e adotada pelos founding fathers (homens pioneiros e vencedores em uma nação) norte-americanos. Sua crítica à representação política está associada à sua concepção de liberdade. Para ela, a liberdade emerge quando diversas pessoas agem em concerto. E essa liberdade ou significa "participar do governo" ou não significa nada (HANNAH ARENDT, 1988, O que é política - Documentos para o Planejamento da Introdução à Política p.187).

Embora não esclareça o que seja exatamente essa participação no governo, ela sugere uma estrutura de conselhos, pelo menos em sua origem espontâneos, que não tenham como finalidade nenhuma decisão burocrático-administrativa. A autora utiliza exemplos históricos para afirmar que nos conselhos devem estar presentes mais questões políticas do que sociais o que significa que nos conselhos deveria haver manifestações de opiniões, mas não defesas de interesses particulares e, para Arendt, essas opiniões são indelegáveis: "a única coisa que pode ser objeto de representação ou de delegação é o interesse ou o bem-estar dos outorgantes, mas não suas ações ou opiniões" (HANNAH ARENDT, O que é política 1988, p. 175).

Os conselhos deveriam ser locais em que as pessoas pudessem se manifestar e agir politicamente. A respeito de que e como seria essa ação são pontos que não ficam claros na obra da autora, mas o que ela afirma é que, com sua formação espontânea e com sua estruturação "de baixo para cima", os que assumiriam posições de comando assim o fariam por sua idoneidade ou seu talento político. Esta estrutura, segundo Arendt, sobreviveu até que seus membros passaram a administrar e a comandar também as fábricas e, assim, os conselhos deixaram de ser o espaço para a

manifestação de opiniões e ações genuinamente políticas e não sociais (HANNAH ARENDT, 1988 – O Que é Política p. 45).

Com estas características, a crítica à representação política de Hannah Arendt tem como finalidade o afastamento da burocratização da política e a tentativa de construção e preservação de espaços em que uma ação política genuína possa acontecer.

### **2.1.1 A Esfera Pública e a sua Relação com o Homem**

Se a esfera pública é o lugar da confluência da palavra e do agir humano em direção ao consenso social é, por conta disso, o lugar onde os homens revelam a sua singularidade. A condição de sujeito ativo permite ao homem revelar o que o torna singular, e isso o leva a inserir-se no mundo. Esta inserção “é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico e original. Por isso, pelo fato de ter nascido e chegado a um mundo já existente, os novos visitantes são impelidos a agir, a dar respostas ao mundo que aí está. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sobre uma teia já existente. Essa novidade requer um espaço público onde possa se efetivar e a singularidade são reveladas apenas no convívio plural dos homens. Um dos pontos fundamentais do pensamento de Hannah Arendt é o fato dos homens, enquanto tais, serem indivíduos únicos, capazes de uma ação original. Essa capacidade criadora é o que Arendt chama de milagre, ou seja, a manifestação ativa que paralisa o automatismo que é próprio a tudo o que existe e tem



fim. Tratando-se do mundo dos homens, porém, a ação é a única atividade que pode assegurar continuidade justamente porque ela engendra originalidade e é começo. O que denota no pensamento de Arendt uma metafísica do inaugural, um início que é contínuo graças ao aparecimento dos homens no mundo e, em vista disto, capaz de transcender a finitude.( HANNAH Arendt – Condição Humana p. 326)

Arendt, desse modo, distingue duas dimensões do homem inserido na esfera pública política: como agente ou como ser moral. Primeiro, na condição de agente, a esfera pública é concebida como a arena de homens ativos que colocam em cena algo novo. O princípio é o começo de alguma coisa que é possível pelo fato da natalidade, e isso motiva e impele os homens a renovarem e atualizarem o seu nascimento; do mesmo modo, o que impulsiona os homens a agirem como inovadores é o fato da liberdade daí sua condição de criador. A ação é a expressão da liberdade que os homens experimentam no mundo público e coletivo. Neste caso, a ação não depende de virtudes e de razões morais, mas de uma certa “neutralidade das justificações morais e compreensivas subscritas” o que permite a articulação entre homens que não compartilham de uma mesma visão moral do mundo. O fato do homem ser impelido a atualizar o seu nascimento, faz dessa esfera o lugar de revelação da singularidade humana, portanto, o lugar da diversidade de sentimentos, de valores, de cultura, da moral, que o indivíduo dá visibilidade pública.

O agente arendtiano não é o indivíduo interessado, ele não é movido por interesses particulares, é um “agente moral” que antes mesmo de expressar preferências é orientado por razões públicas que orientam as suas ações. Portanto, estas ações são pautadas em princípios valorativos.

E estes princípios inspiradores da ação são dotados de uma universalidade que possibilita a movimentação dialógica entre os agentes na direção de acordos e de consentimentos. Nesta dimensão a esfera pública é apresentada como fonte geradora de consenso.

Os homens quando agem estão dando início a algo novo, daí a ação se apresenta como o princípio de alguma coisa que interrompe o processo ordinário da vida cotidiana. Nesse caso, a identidade humana entre agir e começo tem a sua explicação no fato do nascimento do homem. Ele é começo e por isso pode começar. A palavra princípio, portanto, envolve no trato arendtiano tanto origem quanto preceito, e estes significados, no ato da criação, não estão apenas relacionados, mas, são coexistentes: o princípio (início) da ação conjunta estabelece os princípios (preceitos) que inspiram os efeitos e acontecimentos da ação humana futura.

Deparamos também com a pluralidade, que está expressa no fato da singularidade humana, é a condição para a existência da realidade dialógica, e para que esta possa ser efetivada é necessário um nível de entendimento preliminar sobre as razões públicas que motivam as ações. A base deste entendimento exige uma unidade moral, dotada de uma universalidade que permite que qualquer indivíduo compreenda as motivações da ação. No entanto, tal entendimento não se explica por meio dessa moralidade, mas pelo fato dos homens serem livres para agir, de possuírem igualdade política na esfera pública, ou seja, igualdade de ação. A ação, como expressão da liberdade, só é experimentada pelos homens na vida política. Entretanto, para alguns estudiosos, críticos do pensamento de Arendt, a equação da ação e liberdade não tem fundamento teórico e nem empírico, pois nela não está explícita nenhuma forma jurídica formal da qual depende a liberdade. (HANNAH Arendt- Condição Humana p. 248)

Contudo, o que se verifica na esfera pública arendtiana é uma capacidade dialógica acentuada que permite aos homens estabelecerem acordos acerca do interesse público.

### **2.1.2 A Esfera pública e a Democracia**

Os estudiosos da teoria democrática, nas últimas décadas, vêm colocando no centro de suas pesquisas destacando a natureza argumentativa da política e o seu poder de argumentação sobre as relações democráticas com a esfera pública.

E essa análise vem dando ênfase à prática comunicativa como fonte geradora da opinião pública e do entendimento capazes de influenciar as ações do sistema político.

O debate acerca da natureza argumentativa da esfera pública ganhou importância a partir da segunda metade do século XX, contrapondo-se à tendência predominante, do início do século, de excluir o processo argumentativo e desconsiderá-lo como elemento constitutivo da democracia e, portanto, da arena pública. Essa tendência prevaleceu sustentada na análise de que as formas complexas da administração podem prescindir de elementos argumentativos. WEBER ( livro Ciência e Política – Duas Vocações pg. 142), por exemplo, afirma que a capacidade administrativa do Estado burocrático está assentada no cálculo e na eficiência, e não em elementos valorativos. Os valores pertencem a uma esfera em conflito irreconciliável entre si, pois as

diferenças de valores, moral e opiniões não podem ser resolvidas racionalmente, o que inviabiliza o entendimento mútuo e uma noção de interesse público.

Esta era a concepção, em linhas gerais, que prevaleceu na primeira metade do século XX. Quando surgiram os primeiros estudos sobre a democracia, a esfera pública era pensada como a arena de disputa entre grupos dominantes que permitia ao indivíduo participar do processo decisório por meio do voto. Não se previa nenhuma forma de participação discursiva que se tornasse fonte de justificação e influência na condução dos atos do sistema político. Para WEBER “a democracia se realiza através da natureza decisionística da esfera pública, que tem a função de prover o sistema político de governantes.” Afora isso, não é possível argumentar acerca de preferências valorativas porque as vontades dos indivíduos não são passíveis de ordenamento, pois estão assentadas na razão privada e não na razão pública. A esfera pública é, portanto, o lugar para aferir as vontades individuais no que tange a escolha sobre quem vai tomar as decisões, ou seja, na escolha da elite governante, e para isso, a comunicação não é intercambiada entre os agentes sociais, no sentido da ação dialógica, mas negociada por indivíduos interessados. Não há nenhuma exigência no processo decisório de se argumentar a respeito das diferenças de interesses e opiniões. O processo decisório, neste caso, se realiza pelo desejo da maioria, o que dispensa a prática discursiva, de uma maioria que se forma ao decidir por meio do voto e não pela interação comunicativa.

O que inviabiliza o processo discursivo, nessa concepção, é o fato de vários pontos de vista serem bastante diversos para permitirem que as doutrinas sirvam de base para um acordo político razoável e duradouro, isto descarta qualquer possibilidade de consenso. E não se trata apenas de conflito de interesses mas, de diferenças de concepções acerca dos valores e da moral. Não há exigência da argumentação para negociar as diferenças valorativas, nem necessidade de um debate público que informe as diferenças com vistas a processá-las e conectá-las.

*Em contraposição a essa tendência decisionística da participação, que se limita ao ato de votar, a demanda crescente da democracia participativa na atualidade impulsiona o debate em direção ao elemento argumentativo na análise da arena pública. Os agentes sociais, nessa abordagem, participam e argumentam publicamente, e ao fazerem isso fazem uso da razão pública. Se ela não se ocupa em averiguar as vontades, promove, no entanto, uma discussão racional entre indivíduos iguais que possibilita o entendimento do interesse público. É, portanto, o lugar onde “os indivíduos interagem uns com os outros, debatem as decisões tomadas pela autoridade política, discutem o conteúdo moral das diferentes relações existentes*

*no nível da sociedade e apontam demandas em relação ao Estado.” (Avritzer, 2000, p. 76)*

Entretanto, Hannah Arendt entendeu que se os sujeitos coletivos influenciam o sistema político, mas não têm poder de decisão, porque não são capazes de criar canais institucionais que façam valer para o sistema político as suas decisões. Nessa análise, o elemento de decisão da esfera pública é transferido para o sistema político, e a opinião e o acordo, gerados pela capacidade de negociação pública desses sujeitos, limita-se a influenciar as ações tomadas pelos centros do poder. Esta possibilidade ocorre de fato, quando os resultados da negociação pública, provenientes desta esfera, passam pelos filtros dos procedimentos institucionais do sistema político. Ou seja, as opiniões e acordos públicos, constituídos pela ação dos diferentes sujeitos coletivos, não incorporam imediatamente a capacidade de influenciar as decisões políticas. Somente quando tais questões tematizadas são assimiladas pelo sistema político é que elas podem influenciar sobre as decisões concretas. Os procedimentos institucionais funcionam como filtros que regulam o acesso dos fluxos comunicativos oriundos da periferia aos centros decisórios. E ao percorrer este filtro institucional eles (os fluxos comunicativos) ganham forma de poder político e assume o caráter de persuasão sobre os membros autorizados do sistema político. Nesta perspectiva, cabe aos indivíduos na esfera pública apenas criticar e influenciar as decisões das instituições e não ser os autores de tais decisões.

Atualmente os papéis políticos da esfera pública na democracia têm procurado resgatar o elemento argumentativo como promotor de um sistema comunicativo intercambiável com o centro de decisão política. Entretanto, esses mesmos estudos vêm apontando as dificuldades do elemento discursivo em processar e transmitir temas e opiniões sem ter que enfrentar certos requisitos prático-estratégicos exigidos por questões potencialmente conflitivas. Estratégias que não se pautam nos recursos argumentativos e dialógicos, mas, em política de persuasão possibilitada pelos recursos midiáticos. O que nos permite afirmar que o imperativo do “espetáculo” teria sido apropriado pelos meios de comunicação e esvaziado os debates substantivos e obliterado as possibilidades discursivas da esfera pública. Há, nesse caso, a indicação de um certo enfraquecimento das possibilidades discursivas dessa esfera, já que a interferência de recursos midiáticos coloca em cheque a autenticidade da esfera pública como geradora de opinião e de consentimento público.

Ao se levar em conta o conceito de poder em Hannah Arendt, a esfera pública não aparece simplesmente como promotora de discussão informal (ou mesmo formal), mas

centro gerador de opiniões e entendimento transformados em poder comunicativo, capaz de decidir e de direcionar as instituições e os atos do governo. Ou seja, a esfera pública é a fonte de poder que legitima a realidade do sistema político daí ser uma esfera da decisão.

Portanto, o poder gerado na esfera pública estende a sua possibilidade para além da realidade argumentativa, e se define a partir do processo decisório, que não se realiza por meio da competição dos grupos de interesse, mas através de mecanismos deliberativos que têm como fundamento a participação.

Ao reconhecer a natureza decisiva na esfera pública arendtiana, nos certificamos da importância do conceito de esfera pública para reavaliarmos a tendência atual de limitá-la ao processo argumentativo no processo democrático da política, desconsiderando a sua condição de fonte geradora de poder que autoriza os sujeitos coletivos a tomarem decisão. Estudar a esfera pública na perspectiva de Hannah Arendt é validar e justificar o ideal de soberania popular que acompanha a teoria da democracia participativa no meio político.

### **2.1.3 A Contribuição de Jurgen Habermas**

Não poderíamos deixar de, fazermos referência na presente monografia, à Habermas que com seus estudos sobre esfera pública nos deixou também relevante contribuição. Aluno de Arendt na Alemanha, Habermas deu continuidade aos estudos da esfera pública, o que proporcionou uma melhor definição para o campo midiático sobre o conceito da esfera pública burguesa formada durante a Europa feudal.

*A esfera pública pode ser melhor descrita como uma rede para comunicar informações e pontos de vista; os fluxos de comunicação são, no processo, filtrados e sintetizados de tal forma que se aglomeram em feixes de opiniões públicas tematicamente especificadas. Do mesmo modo que o mundo da vida como um todo, a esfera pública também reproduzida por meio da ação comunicativa, para qual o domínio da língua natural é suficiente; esta é configurada para a compreensão geral na prática comunicativa cotidiana. (Habermas, 1997, p. 92)*

A abordagem de Habermas sobre esfera pública, demonstra que esta pode ser percebida na vida cotidiana, na experiência diária dos indivíduos, a partir de uma

linguagem comum e acessível a todos. Dessa forma, a comunicação produzida pela mídia contribui para a divulgação e formação do próprio espaço público no qual ocorre a reflexão da vida social de forma aprofundada.

Habermas também contribui com seus estudos ao destacar uma percepção dos meios de comunicação que não se limita apenas em si.

*Os veículos de comunicação devem ser vistos, eles próprios, como parte integrante e central do desenvolvimento das estruturas dos processos sociais. O desenvolvimento dos meios de comunicação para Habermas não destrói o espaço público e sim criou um novo espaço público, onde ocorre a reflexão da vida social mais profundamente. E o recobrimento dessa esfera pública, ocorre ao ser resgatada a racionalidade comunicativa que prioriza o uso do convencimento para a produção do consenso. A esfera pública é diferenciada em níveis de acordo com a densidade de comunicação, a complexidade organizacional, e o objetivo – desde o público esporádico encontrado nas tavernas, casas de café, ou nas ruas; por meio de públicos ocasionais ou arranjados de apresentações particulares e eventos, tais como peças teatrais, concertos de rock, assembleias partidárias, ou congressos de igreja; até o público abstrato de leitores isolados, ouvintes e expectadores dispersos em amplas áreas geográficas, ou mesmo pelo globo, e apenas conectados pela mídia de massa.” (Habermas, 1997, p. 107).*

*O conceito de esfera pública permitiu à teoria deliberativa de democracia recuperar a noção de um espaço público onde os indivíduos pudessem interagir e se posicionar de forma crítica diante do Estado. No modelo habermasiano de democracia discursiva, a esfera pública aparece como o local de legitimação dos processos democráticos. Trata-se de “um espaço entre a esfera privada e o Estado, espaço este caracterizado pela discussão livre e racional de exercício da autoridade política. (Avritzer e Costa, 2004: pg.707).*

Para Habermas, a legitimidade do processo democrático é garantida a partir de uma relação entre os processos formais e informais de formação da vontade coletiva. Enquanto os primeiros associam-se aos procedimentos institucionalizados do sistema político, os segundos dizem respeito aos processos comunicativos gerados dentro da esfera pública. No modelo habermasiano, esses processos informais permitem que problemas de interesse da sociedade sejam identificados, discutidos, tematizados e conduzidos às instâncias de tomadas de decisões do sistema político. Nesse sentido, a esfera pública aparece “como uma caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco” (HABERMANS, 1997 pg. 89).

Assim, a legitimidade das decisões políticas democráticas nesse modelo encontra-se num jogo que se desenvolve em dois níveis, por um lado, a formação

democrática da vontade, ou seja, a deliberação regulada por processos formais e, por outro lado, a formação informal da opinião, isto é, os processos informais que ocorrem na esfera pública.

A noção de esfera pública presente na proposta de política deliberativa desse autor amplia a política para além das estruturas institucionais do Estado. Se entendermos o processo político como o conjunto de eventos que resulta na tomada de decisões vinculantes, incluindo o momento da problematização das questões a serem resolvidas (formulação da agenda), notaremos que, no modelo de “sociedade descentrada”, oferecido por Habermas, a política começa fora do sistema político. Ainda que, nesse modelo, os resultados da deliberação informal na esfera pública possuam uma influência limitada no processo democrático de formação da vontade, percebemos a existência de uma dimensão imprevisível no processo político, isto é, os resultados alcançados, ou possíveis, na esfera pública não se revelam de forma antecipada. Esta característica nos parece, então, garantir a proteção do espaço público contra as possíveis manipulações dos atores sistêmicos da sociedade. Conforme ressalta Habermas (1997:33): *a falta de uma estrutura institucional torna a esfera pública mais vulnerável “aos efeitos de repressão e de exclusão do poder social [...] da violência estrutural e da comunicação sistemicamente distorcia.*

Por outro lado, essa mesma carência permite à esfera pública potencializar as funções que lhe cabem no modelo habermasiano, quais sejam, *captar melhor novos problemas, conduzir discursos expressivos de auto-entendimento e articular, de modo mais livre, identidades coletivas e interpretações de necessidades” (Habermas, 1997: 33).*

Parece então, que estamos diante de um dilema cuja questão principal diz respeito à institucionalização ou não da esfera pública. Ao que tudo indica a solução dessa questão trará ganhos e perdas aos processos que se desenvolvem na esfera pública. Nesse sentido, o dilema em torno da esfera pública localiza-se na definição de quais as perdas e ganhos devem ser assumidos: ou não se institucionaliza a esfera pública e ganha-se em termos de flexibilidade dos problemas a serem tematizados na esfera pública, mesmo perdendo em capacidade de influência efetiva sobre o sistema político; ou institucionaliza-se a esfera pública tornando-a mais protegida de uma série de eventos que contribuem para a distorção dos processos comunicativos próprios dessa esfera, mas correndo o risco de dificultar que alguns temas da esfera privada sejam discutidos na esfera pública. Nesse caso, tal risco resulta, sobretudo, da possibilidade de afastamento das bases por parte dos atores sociais que passam a ocupar os cargos criados no processo de institucionalização da esfera pública. Diante

desse dilema podemos argumentar que Habermas atenta-se para os riscos a que uma esfera pública não institucionalizada está exposta, mas escolhe correr esses riscos. A vulnerabilidade a que esta esfera encontra-se submetida na formulação habermasiana é compensada pela dinamização do fluxo de temas da esfera privada para a pública. Por sua vez, os críticos da formulação habermasiana enfatizam como um problema da não institucionalização, além do poder limitado das decisões tomadas na esfera pública, a incapacidade da mesma em garantir que atores social, econômica e culturalmente excluídos tenham suas posições consideradas igualmente àquelas dos atores que tradicionalmente dominam a esfera pública. Assim, eles somam mais um elemento ao argumento em favor da institucionalização dessa esfera.

Foi possível observarmos durante a leitura de artigos várias críticas feitas à formulação habermasiana de esfera pública, em geral, questionando a falta de empoderamento desse espaço na teoria de Habermas, bem como a falta de estruturas que garantam a inclusão de públicos tradicionalmente excluídos do processo político das sociedades ocidentais. Tentamos abordar a centralidade do conceito de esfera pública dentro da corrente deliberativa da democracia, dando especial atenção para a formulação habermasiana. Buscando atingir esse objetivo, a esfera pública foi entendida aqui como o espaço público onde ocorre o processo de deliberação. Nesse sentido, parece plausível afirmar que não há teoria democrática deliberativa em que o conceito de esfera pública não seja de alguma forma operacionalizado. Partindo da formulação habermasiana, buscamos mostrar como a crítica interna contribuiu para o desenvolvimento desse conceito. Nesse sentido, centramos nossa análise nas contribuições que buscaram dar porosidade ao modelo habermasiano, bem como naquelas que procuram garantir a efetividade dos resultados conseguidos nos estudos sobre a esfera pública.



#### **2.1.4 Habermas segundo o Pensamento de Hannah Arendt**

Foi na mesma linha do pensamento de Arendt que Habermas (1981) estabeleceu a diferenciação entre a esfera privada e pública. Frente ao poder público do estado apresentaria a esfera privada, subdividida entre o âmbito íntimo da família e as relações econômicas e de trabalho social. E seria no contexto das relações econômicas e de trabalho social que se incluíam as práticas habitualmente atribuídas aos meios de comunicação de massas. Portanto, tais meios, suas atividades específicas, seus públicos e a interação social que deles se origina, tudo seria *parte constitutiva* da esfera pública contemporânea.

Recuperando a indagação que nos orienta nesta monografia, a qual diz respeito às características dos espaços público e privado no contexto específico dos mundos virtuais, onde a percepção de nós mesmos, nossa personalidade privada, e o uso público que dela se fará, reconfiguram-se sob condições de controle muito mais precárias do que tivemos até hoje. Na teoria crítica se tomava a noção de contexto como restrito a certos grupos e à comunicação profissional, baseada na concepção de serviço público e como entretecida, fundamentalmente, nos intercâmbios face à face.

Portanto se é efetivada a proposição habermasiana de desintegração da esfera pública, o uso das técnicas de comunicação se insere como uma nova concepção da política em si. Na sociedade e cultura de massa, a comunicação política, matizada por estas novas práticas de aproximação de seus públicos está desintegrada ou descentrada de seu eixo pela ação alienante da atividade “publicitária”. Os organismos sociais não mais compreendem sua articulação com a sociedade sem a intervenção profissional de uma comunicação voltada para o mercado. Para os fins da comunicação política, se afirma a pergunta se o uso dessas técnicas aprofunda o distanciamento e a complexidade vigentes ou, pelo contrário, os diminui. É precisamente tentando esclarecer aspectos vinculados a este enquadre que se faz notar a potencialidade das chamadas novas tecnologias de comunicação. Ou seja, desde uma crescente mercantilização dos processos e técnicas de comunicação, estruturadores da chamada sociedade informação. (HABERMAS. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Pg.165)

## **CAPITULO III**

### **Modelos de Esfera Pública segundo Hannah Arendt**

#### **3.1.1 A Vida Activa de Hanah Arendt**

Como foi dito anteriormente, Hannah Arendt estabelece vários pressupostos teóricos coma finalidade de estabelecer uma concepção particular das atividades humanas presentes tanto no pensamento político grego como medieval no que diz respeito a ação e a vida humana.

Dentro desse contexto tentaremos, portanto apresentar as noções de esferas públicas e privada presente no pensamento da Autora, tendo como principal fonte a obra a Condição Humana onde a Autora com a expressão Vida Activa define as três principais atividades humanas consideradas fundamentais para a sobrevivência do ser homem, e que inclusive já foram mencionadas nesta pesquisa anteriormente que é o labor, o trabalho e a ação.

Diante de todos esses aspectos da condição humana é possível então observamos a relação da política com o ser social do estado moderno. E aqui

percebemos como a pluralidade que passa a ser fator determinante da condição da ação humana, pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humano onde ninguém é exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido ou venha existir.

As três atividades e suas respectivas condições portanto permeiam a vida activa de Hannah Arendt, onde nos deparamos com íntima relação dos homens condições mais gerais da existência humana que são: o nascimento, a morte, a natalidade.

Enfim, para Arendt o mundo no qual transcorre a vida activa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; tudo se deve exclusivamente a existência dos homens. A expressão vida activa conforme Hannah até o início da era moderna, jamais perdeu as conotação negativa de inquietude humana. Ao contrário permaneceu diretamente ligada à distinção grega entre as coisas que são por si o que são e as coisas que devem ao homem sua existência. (HANNAH ARENT – A Vida Activa - A Condição Humana pg. 15)

*Daí dizer, portanto, que se uso da expressão vida activa, tal como proponho, está em manifesto conflito com a tradição, é que duvido não da validade da experiência que existe por trás dessa distinção, mas da ordem hierárquica que a acompanha desde o início, e, radicalizando ainda mais estabelece imperativamente, afirmo simplesmente que enorme valor da contemplação na hierarquia tradicional obscureceu as diferenças e manifestações no âmbito da própria vida activa se que, a despeito das aparências, esta condição não foi essencialmente alterada pelo moderno rompimento com a tradição nem eventual inversão da ordem hierárquica em Marx e Nietzsche. Mas toda essa reflexão mediada pelo pensamento político antigo e medieval vai apontar uma ontologia política que existira entre os gregos, mas que na modernidade desaparecerá, será uma banalização conceptual (Hannah Arendt , A condição Humana)*

Outro escrito importante, na visão da autora

*A condição humana sobre a vida activa e sua relação com as atividades humanas: a morte, a vida, a política, ou seja, todas as coisas que circundam a vida do homem. A autora expõe que o labor, a tradição e a ação são as três atividades humanas fundamentais, onde, especifica que o labor é a própria vida em si, o trabalho é o responsável por produzir um mundo artificial (mundanidade) e a ação seria a única atividade que exercemos diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. Fazendo assim, com que a condição humana da ação seja a pluralidade “pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido ou venha existir.*

*Arendt afirma ainda, que o labor assegura a vida da espécie humana, já o trabalho e seu produto, emprestam permanência e durabilidade à vida e ao caráter do tempo do homem. E ficando a ação, como criadora de condições para que tenhamos lembranças, ou seja, façamos história. (Arendt. A Condição Humana -1958)*

Mas por que tratar sobre a vida activa e a condição humana? A Autora responde em uma citação que “os homens são seres condicionados, tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. E esse pensamento fica claro se voltarmos para a sociedade atual. Viveríamos sem a tecnologia? Sem a internet? Estamos condicionados a esses ‘suportes’? Tudo que espontaneamente entra no mundo humano, ou para ele é trazido pelo próprio esforço humano é considerado pela autora como parte da condição humana, pois a existência humana seria impossível sem as coisas.

### **3.1.2 As Esferas Pública e Privada**

Neste capítulo pretendemos refletir sobre as distinções existentes entre as esferas pública e privada. Aprofundando no assunto e pesquisando o conceito de outros autores sobre a questão ora abordada, foi possível levantarmos questão em torno da interpretação e do equacionamento das esferas no âmbito político e social. No entanto foi possível entendermos que a distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública, corresponde a existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado, mas ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, e sim um fenômeno relativamente novo cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma no estado nacional.

Mas o que nos interessa de fato no discorrer deste capítulo é compreendermos a divisão entre as esferas publica e privada , entre a esfera da polis (publica) e a esfera da família, (privada) e as suas atividades pertinentes ao mundo político e comum entre elas. Hannah Arendt diz que:

*Em todos estes casos, é a liberdade ( e alguns casos a pseudoliberalidade) da sociedade que requer a e justifica a limitação da autoridade política. A liberdade situa-se na esfera social (que outrora era esfera privada, ou seja, a liberdade), e a força e a violência tornam-se monopólio do governo ( que outrora era a esfera pública e, portanto, o exercício da liberdade. ( O Público e o Privado em Hannah Arendt. 1998)*

## **A Esfera Pública: O Bem Comum**

É a esfera do comum (Koinon) na vida política da polis. Baseia-se no uso da palavra e da persuasão através da arte política e da arte retórica. Para Aristóteles, a esfera pública era o domínio da vida política que se exercia da ação (práxis) e do discurso (lexis).

De acordo com Arendt apesar da essência pública, ela afirma que a linha divisória entre a esfera pública e a privada desaparece ocasionalmente em Platão e Aristóteles. Para Platão, as experiências da vida privada podem ser transferidas para a vida na polis. E Aristóteles, seguindo Platão, defendeu que a origem histórica da polis estava na superação das necessidades do oikos e somente a finalidade da vida boa na polis (a felicidade) transcende a insuficiência biológica da casa e da família.

Hannah define a esfera pública como a condição e possibilidade de apropriação por parte do homem na realidade das coisas. Dois fenômenos correlatos surgem mas não necessariamente idênticos. Ou seja tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível, desde que esses fenômenos sejam transformados, desprivatizados e desindividualizados, de modo a se tornarem adequados as divulgações e aparições públicas.(ADEODATO, João Maurício, pg. 116)

O termo público significa o próprio mundo na medida em que é comum a todos nós e diferentes do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos habitam o mundo, feito pelo homem. Isto porque a finalidade inerente deve expressar aqui a autoconsciência dos homens quanto á sua dimensão simultaneamente particular mas universal. Como demonstra Arendt, “*a esfera pública enquanto mundo reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros por assim dizer.*”

A esfera pública assegura ainda o fato de que ela existe para a geração presente, mas sobretudo a sua existência visa a construção e a permanência para as futuras gerações.

*Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis. Pois diferentemente do bem comum tal como o cristianismo o concebia, a salvação da alma do indivíduo como interesse comum a todos, a esfera pública é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro (Hannah Arendt – Texto - A esfera Pública – O Bem comum 1978).*

## **A Esfera Privada: A Propriedade**

No que diz respeito a esfera privada Arendt realiza uma explicação dos conceitos de propriedade e riqueza. Ela afirma que só com a garantia da propriedade privada e da riqueza necessária à subsistência biológica, o homem poderá escapar a escravidão e a pobreza tornando-se assim capaz de ultrapassar as necessidades da vida natural.

Segundo a Autora, viver na esfera privada significava estar privado de ser ouvido e visto por todos numa comunidade política em que os indivíduos partilham objetivamente de uma ação política num espaço comum, a polis. A esfera privada limitava-se a um interesse pessoal circunscrito aos condicionalismos da sobrevivência biológica na família e na casa. Na antiguidade os romanos compreenderam que a esfera privada e a esfera pública deveriam coexistir simultaneamente. A esfera privada oferecia atividades “espirituais”, como o estudo das ciências e das artes, embora nunca pudesse substituir a ação política na condução dos assuntos públicos.

Portanto pertencer a esfera privada, no pensamento político antigo, significa estar privado ou ser destituído de três coisas essenciais, a vida verdadeiramente humana. Isto é, ser privado da realidade que advém do fato ser visto e ouvido por outros. Privado de uma relação objetiva, com eles decorrentes do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas. Privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. Ou seja a esfera privada reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá conhecer, e portanto é como se não existisse. O que seja feito permanece sem importância ou consequência para os outros. A esfera privada no entanto significa que o indivíduo possui o seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertence a um corpo político que vai constituir a esfera pública.(ALEXANDRE, Maia, pg 53)

Assim como diz Arendt a denominada ascensão do social coincide historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada.

*logo que passou a esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem e ter acesso à esfera pública tal como no pensamento político antigo, em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para acúmulo de mais riqueza. (Hannah Arendt – Fonte - Ascensão Social do homem 1978)*

Entretanto, a esfera privada, nessa ordem de idéias, não é tão-somente o contrário da esfera pública.

As esferas só existem coexistindo; em outras palavras: o público só é concebível em contraste com o privado, pelos menos nesse contexto antigo que estamos tomando como referência. A esfera pública supõe a preexistência da esfera privada. Os romanos, mais do que os gregos, estavam conscientes de que, paradoxalmente, comprometeriam a própria esfera pública se tentassem expandi-la a ponto de absorver a esfera privada.

*Se há uma relação entre a esfera pública e a esfera privada é que esta é condição de acesso àquela. E isso num sentido muito concreto. Inobstante, ele não perdia sua qualidade de ser biológico nessa ascensão. O acesso à vida política não implicava uma transubstanciação da natureza humana, que num gesto se livraria de suas poucas dignas carências biológicas e passaria a exaurir-se na vida política. Em verdade, esse acesso significava que o cidadão tinha satisfeito aquelas necessidades de subsistência, de molde que elas não mais estorvavam seu trabalho na esfera pública. Ora, como tal gênero de atividade menor era terminantemente aliado para a esfera privada, segue-se que o adequado acesso ao espaço público pressupunham uma privacidade satisfatória. O conteúdo da esfera privada, portanto, consistia nas atividades de sobrevivência biológica. (Fonte – Hannah Arendt – Surgem as Esferas)*

A esfera pública e esfera privada segundo Arendt perdeu quase que por completo seu antigo sentido. A Autora concluiu em seus escritos que: hoje, o que chamamos de privado não passa de um círculo de intimidades.

## CAPÍTULO IV

### Como a mídia transformou a Esfera Pública

#### O Termo Público

Originário do século XIV, o termo “público” deriva da palavra latina *publico*, pertencente ou relativo ao povo, estado ou nação. Público “remete para tornar público”, para publicar, do latim *publicare*. Centra-se na idéia de comumpois a realidade do mundo tem um bem comum ou interesse comum do artefato e dos negócios humanos, na medida em que é partilhado por indivíduos que se relacionam entre si. (HABERMAS, 1984 p.82)

Arendt ao analisar o conceito de esfera pública define antes o termo público, podendo este ser percebido de duas formas que são intimamente correlacionados, mas não perfeitamente idênticas. A primeira é a que se refere à aparência, ou seja, aquilo que é visto ou ouvido pelos outros e por nós mesmos, constituindo assim a realidade. Nessa primeira acepção, o conceito de público se refere a tudo que vem a público que



tem testemunho. A segunda trata o termo público como tudo que é comum a todos nós e diferentes do lugar particular que nos cabe dentro dele.

#### **4.1.2 Esfera Pública e a Mídia**

*Esfera Pública é o espaço de debate entre população e as outras esferas da sociedade como instituições públicas e privadas. Ela deixa de ser livre a partir do século XVIII e passa a ter como mediador a mídia inicialmente, jornais e rádio. Com o advento da Internet, a relação entre a mídia e a política se estreita. A mídia é um dos meios que o cenário da representação política usa para ganhar visibilidade. (Ciro Marcondes 1994 pg.17)*

Diante do assunto até aqui explorado é fato que Hannah Arendt define em seus estudos as esferas públicas como um conjunto de práticas utilizadas por membros de uma sociedade para executar uma troca de idéias, as quais os membros ou a sociedade em si são importantes. Logo a esfera pública define os rumos de uma sociedade específica, conforme as idéias da autora já definidas. E tais definições são responsáveis pela disseminação do conhecimento e informação na sociedade.

Uma das plataformas da esfera pública são as mídias de massa, consideradas canais de comunicação que consegue atingir a sociedade como um todo, independente dos ramos que possam existir. Há ainda citado o fato de que qualquer indivíduo pode, de alguma forma, ter o poder de voz ativa em algum canal de comunicação (no caso a mídia) e assim exercer influência sobre a sociedade, especificamente sobre suas idéias. E com o tempo essa influência pode aumentar, sendo de forma maior do que a de outro indivíduo ou grupo definido.

Com o passar do tempo, os meios de comunicação se aprimoraram de tal maneira que podemos ter acesso ao mundo todo com apenas um clique. Coisas que acontecem fora de nosso país e de nossa realidade são noticiados no mundo todo. Notícias de grande repercussão internacional chegam ao mundo inteiro em pouquíssimos segundos, quando não são transmitidas ao vivo. A influência que a mídia tem em nossas vidas atualmente é indiscutível, e os meios de comunicação estão ficando cada vez mais perto de nós. Hoje, alguns podem até assistir a programas de televisão e acessar a Internet de seus aparelhos celulares. De acordo com Hannah em seus estudos “a mídia também tornou mais fácil acumular e difundir dados sobre os mundos natural e social, e a desenvolver sistemas padronizados de classificação, representação e prática”.

A mídia pode promover a interligação de pessoas ao redor do mundo. Ela aumenta nossa curiosidade e nos permite ir mais longe. Lendo jornais ou assistindo televisão, nos conectamos a um universo muitas vezes bem distante da nossa rotina. Devido às novas formas de comunicação e de difusão de informações, os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal.

Hannah Arendt considerou à sua época o desenvolvimento de meios de comunicação como uma condição necessária para a emergência da consciência nacional. A imprensa sensacionalista tem o poder de nos sensibilizar, de nos impressionar, de nos fazer interagir com uma realidade diferente da nossa, e de nos conscientizar. “O desenvolvimento da mídia aumentou a capacidade dos indivíduos experimentarem, através da quase-interação mediada, fenômenos que dificilmente poderiam encontrar na rotina ordinária de nossas vidas”.

O papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa na participação política, especialmente no relacionamento entre os leigos e o poder estabelecido, é assunto instigante. Há um debate que se arrasta há longo tempo na teoria da comunicação, sintetizado na seguinte indagação: a mídia, afinal, apenas dissemina opiniões e pontos de vista do grupo hegemônico ou também influencia na formação, expressão e consumo da opinião pública? Pergunta-se também até que ponto os meios de comunicação de massa estabelecem uma esfera pública na qual os cidadãos podem debater, num fórum amplo e democrático, assuntos de seu interesse. Servem, afinal, os meios apenas aos interesses do mercado ou podem constituir-se um instrumento para o bem público?

Mas Hannah ao tentar definir a relação da esfera pública com a mídia ela a define como a esfera das aparências, onde de maneira geral esse atributo é empregado à mídia impressa que tem um maior relacionamento crítico entre o meio de comunicação e o leitor. (ADEODATO, João Maurício – pg.164)

A esfera pública é a ocasião e a condição em que se gera também a opinião pública. Esta possui duas características principais: materialmente é um conjunto de posições e disposições, um conjunto de teses, é também um consenso material que se estabelece na Esfera Pública; em sua origem a opinião pública é fruto do tirocínio de um público apto a julgar. No entanto é de fácil compreensão que a mesclagem dessas duas características dá a legitimidade que a opinião pública precisaria para ser normativa.

### **4.1.3 A construção de um Espaço Público no Brasil**

As concepções baseadas na sociologia das sociedades de massas parecem pouco adequadas para tratar das transformações por que passa a esfera pública brasileira nas duas últimas décadas. Observa-se, no período, um processo não de obliteração, mas de construção efetiva de um espaço público no Brasil. Mesmo o campo da esfera pública controlado pelos media tem mostrado relativa porosidade para absorver e processar os temas trazidos pelos atores da sociedade civil. Por outro lado, em que pese a aludida configuração oligopólica das relações de propriedade em todos os campos da mídia brasileira, desenvolvimentos como a difusão de um estilo investigativo de jornalismo e a própria preservação do espaço de afirmação da autonomia dos que produzem o material divulgado pela mídia (jornalistas, produtores culturais, etc.), fazem dos meios de comunicação, diferentemente do que afirma a maior parte dos teóricos inspirados pelas teorias da sociedade de massas, ator importante na construção do espaço público no país.

A referência à construção de um espaço público no Brasil não nega a importância do familismo e do patrimonialismo na política brasileira, nem suas consequências deletérias para a apropriação dos bens públicos (como mostra O'Donnell 1993) e para a construção e legitimação de uma ordem como a democrática, baseada em leis impessoais e de validade universal. A constituição do espaço público e a simultânea negação factual de sua existência pelos atores sociais, através de suas práticas, parecem conformar uma nova face desse mosaico ambíguo que é a vida política latino-americana (COSTA 1997 cap. 3 pg.162)

As chamadas teorias da transição democrática constituíram, como se sabe, um dos filões contemporâneos mais profícuos das ciências sociais no Brasil e na América Latina. Tecendo uma ampla radiografia institucional dos países que se democratizavam, trabalhos como aquele editado por O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986) constituíram pelo menos até os anos 90, a forma por excelência de se estudar e interpretar o autoritarismo e o momento em que a incerteza sobre os resultados do jogo político e a força reguladora de regras universais novamente se impuseram sobre o poder de um único ator - tal a definição de democratização das

teorias da transição. Mais do que isso, as teorias da transição consagraram a recém-surgida ciência política que, em países como o Brasil, apenas a partir dos anos 70 se firma como um campo de pesquisa independente, com uma metodologia própria e paradigmas distintos de análise.

Ao longo dos anos 90, contudo, vai-se consolidando uma nova abordagem da democratização, esta, de natureza sociológica, refuta a homologia entre os processos de construção institucional e de democratização societária subentendida nas teorias da transição. O que se procura mostrar é que, ao lado da construção de instituições democráticas (eleições livres, parlamento ativo, liberdade de imprensa, etc.), a vigência da democracia implica na incorporação dos valores democráticos "às práticas cotidianas" (Avritzer, 1996: pg. 143). Nesse caso, a análise dos processos sociais de transformação verificados no escopo da democratização não poderia permanecer confinada à esfera institucional, deveria, ao contrário, penetrar o tecido das relações sociais e da cultura política gestadas nesse nível, revelando as modificações aí observadas. Dessa forma, a crítica sociológica às teorias da transição indica a necessidade de se estudar, reconstrutivamente, o padrão concreto de relacionamento entre o estado, as instituições políticas e a sociedade, mostrando que nessas interfaces habita, precisamente, o movimento de construção da democracia. A democratização, nesse caso, já não é mais um momento de transição, é o processo permanente e nunca inteiramente acabado de concretização da soberania popular.

Para a construção de tal abordagem sociológica da democratização, a incorporação de conceitos como sociedade civil e espaço público, desenvolvidos mais adequadamente em outros contextos, desempenham uma função-chave. Eles permitem a significação da imensa gama de trabalhos particulares que, numa operação quase etnográfica, haviam estudado os diferentes atores surgidos ao longo da democratização e suas formas de relacionamento com o estado e as instituições, permitindo que sejam contextualizados numa moldura teórica abrangente. Estas categorias, contudo, não são de uso exclusivo daquele campo que se está denominando aqui de tratamento sociológico da democratização. Elas apresentam, a bem da verdade, uso múltiplo e diverso, assumindo em cada autor uma conotação própria. O presente trabalho procura estudar a forma como uma dessas categorias, qual seja, o conceito de espaço público, vem sendo utilizado no Brasil, procurando-se mostrar como cada um desses usos remete, em última análise, a interpretações distintas - algumas mais político-institucionalistas, outras mais sociológicas - do que seja a democracia e o processo de democratização.

Inicialmente, são apresentadas quatro possibilidades conceituais distintas para a categoria espaço público, mostrando-se, em seguida, como tais definições se fazem explícita ou implicitamente presentes no debate brasileiro. Por último, são tecidas considerações sobre as diferentes concepções de espaço público e a democratização brasileira. Na visão da sociologia da sociedade de massas, a esfera pública corresponde fundamentalmente ao espaço controlado pelos meios de comunicação de massa. Valendo-se da atualização do conceito de indústria cultural, tal como concebido em ADORNO (1973), esboça-se a imagem de um público atomizado e disperso que, de produtores críticos da cultura, se transformaram, no bojo do processo mesmo de constituição da sociedade de massas, em consumidores passivos dos conteúdos da mídia.

Este tipo de concepção de espaço público é claramente hegemônico entre os teóricos da comunicação na América Latina (ver, entre outros, Brunner, 1994; Garcia Canclini, 1990). Estes autores constatarem que todos os desenvolvimentos históricos supostamente necessários para a transição à modernidade, como a reforma religiosa, as revoluções burguesas, etc. teriam faltado na América Latina. Logo, a modernidade se dá entre nós, tardiamente, caracterizando a constituição de um plasma cultural híbrido, no qual as reminiscências de formas culturais tradicionais vão sucumbindo, ao longo do rápido processo de urbanização e de fragmentação das identidades preexistentes, diante dos valores do individualismo e do desejo de ser moderno dos "públicos educados". Os veículos de comunicação de massa seriam, conforme essa visão, os instrumentos primeiros para a operação de tal descentralização das sociedades latino-americanas. Diferentemente, contudo, dos contextos europeus, onde a fragmentação urbana e a sociedade de massas teria produzido a obliteração da "esfera pública burguesa" existente, os países latino-americanos seriam caracterizados pela inexistência prévia de um tal espaço comunicativo. Seriam os media que ocupariam desde a consolidação da urbanização na América Latina, o lugar das mediações sociais, estabelecendo "una nueva diagramación de los espacios y intercambios urbanos" uma nova diagramação de intercâmbios entre os espaços. (Garcia Canclini, 1990:49).

Desta concepção de um espaço público assenhoreado, em todos os seus meandros, pelos meios de comunicação de massa, decorrem consequências necessárias para a compreensão do que seja a política. Esta deveria esvaírem-se seus conteúdos substantivos para se tornar refém da forma de comunicação dos media, nos quais não cabem verdades matizadas: os próprios personagens políticos não buscam distinguir-

se por sua experiência ou sua capacidade de liderança, e sim pela simpatia que sua publicidade tem capacidade de suscitar nos grandes auditórios.

Na visão pluralista da política, os cidadãos individuais da tradição liberal são substituídos por associações diversas, supondo-se que a todos os atores coletivos estão abertas possibilidades semelhantes de influir nos processos de constituição da agenda pública e de tomada de decisões. Valem aqui os princípios e o desiderato liberal orientados para a garantia de uma sociedade econômica capaz de atender às expectativas individuais de felicidade. O papel da política consiste precisamente em reunir e garantir a implementação dos interesses particulares junto ao Estado, entendido como aparato administrativo a serviço dos cidadãos reunidos em suas associações.

Diante de um espaço público pluralista, a esfera pública representa, o espaço de ação onde os atores coletivos disputam visibilidade e influência, além da arena onde os atores políticos buscam conquistar o apoio plebiscitário dos cidadãos. Nessa perspectiva, não se faz qualquer distinção analítica e normativa entre os atores coletivos ligados à sociedade civil e os grupos que representam interesses econômicos específicos. Os diferentes atores coletivos buscariam, indistintamente, instrumentalizar o espaço público para a concretização de seus interesses particulares. As formas de ação diversas utilizadas, por exemplo, por movimentos sociais e por grupos de pressão e lobbies não indicam tratar-se, em cada caso, de atores de natureza variada. São apenas demonstrativas da existência de diferentes recursos mobilizáveis por cada um desses atores.

Já na concepção republicana, a política apresenta-se como esfera constitutiva do processo de socialização como um todo: a política representa o meio no qual os membros de uma comunidade internalizam seus compromissos de reciprocidade para com os demais, se constituindo dessa forma como cidadãos. O espaço público tem, para a visão republicana, uma importância central: aqui esta esfera não representa mais o campo de disputa por posições de poder como na concepção pluralista, a esfera pública torna-se a arena da auto-organização da sociedade como comunidade política de iguais (AREDNT 1993 pg 59). Por isso, o espaço público deve ser de tal forma revitalizado até que nele se constituam as bases para a ressurgimento das virtudes cívicas e para a emergência de uma auto-administração descentralizada da vida social contra as tendências à fragmentação e ao privatismo (HABERMANS 1992 pg.362 ). Para os republicanos, portanto, não há diferenciação normativa e analítica entre os planos da vida social e da vida política: a sociedade deve ser de saída sociedade

política. Contra o crescimento incontrolado do poder administrativo e os partidos que se tornaram caudatários e dependentes do estado, a sociedade deve se organizar para resgatar novamente o estado e fazer dele uma continuidade inseparável de si própria ( HABERMANS, 1992: pg. 360 ).

O tema do espaço público foi tratado no Brasil a partir de sua inexistência. Isto é, o que sempre se procurou mostrar, desde os textos clássicos da sociologia brasileira, é que, entre nós, a esfera privada apresentava-se de tal forma ampliada que a lógica das relações pessoais e patrimonialistas era "contrabandeada" para o plano público, condicionando os relacionamentos nessa órbita. Ainda que este tipo de visão ainda tenha lugar entre os analistas sociais, a convicção de que, pelo menos desde os anos 80, dá-se o processo de construção de um espaço público no Brasil. Os diferentes estudos sobre a configuração contemporânea do espaço público no país, ainda que nem sempre apresentem explicitadas suas premissas teóricas, permitem uma identificação razoavelmente clara com aqueles modelos delineados na primeira seção. Com efeito, pode-se constatar a influência, sobre autores diversos, de cada um dos quatro modelos destacados anteriormente, além da mencionada crítica ao modelo discursivo, também representada entre nós. Trataremos, nessa seção, brevemente, de formas de manifestação de cada uma dessas posições, à exceção da perspectiva discursiva buscamos nos orientar. Esta concepção aparecerá na seção conclusiva, fundando a crítica à forma como as idéias de espaço público próprias às demais vertentes vêm sendo utilizadas no Brasil.

O modelo denominado de concepção da sociedade de massas é, a exemplo do que se verifica na América Latina, majoritário entre os pesquisadores da comunicação social do país. Também para o caso brasileiro, os autores afirmam a ocorrência de um movimento que transforma a esfera pública em simulacro e a política em comércio de imagens esvaziadas de conteúdo (ALBUQUERQUE, 1994). O teórico brasileiro mais importante da comunicação social, MONIZ SODRÉ (1996), reconhece limites ao poder dos meios de comunicação de massa, mostrando que "as singulares estratégias de negociação simbólica que mantêm com seus públicos não deixam que se tornem mecânicas caixas de ressonância das empresas e do Estado. Não abandonando as premissas das teorias da sociedade de massas ao mostrar que os media "seja pela criação de uma realidade social despolitizada, seja pela estimulação de técnicas plebiscitárias de sondagem de opinião pública ou então pela simples conversão das campanhas eleitorais em táticas mercadológicas" minam as bases constitutivas da esfera pública e da política representativa. Os processos recentes de concentração da

propriedade e os mecanismos historicamente prevalecentes na distribuição das licenças de operação reforçam a posição dos que vêm na mídia unicamente um instrumento de reprodução das relações de poder dadas e de difusão da ideologia dominante. Com efeito, os autores procuram mostrar que os media conformam um campo no qual formas tradicionais-populistas de conquista de lealdade política se misturam a novas estratégias de conquista de apoio das massas.

A influência da concepção pluralista da política e de espaço público se faz presente entre os autores brasileiros com diversas extrações. Ela se manifesta, por exemplo, na crítica de (REIS, 1994) às teorias contemporâneas da sociedade civil. Para Reis, o espaço público constitui a arena de disputa e afirmação de interesses sociais particulares, sem que haja, nesse jogo, qualquer ator social altruísta ou capaz de representar questões relevantes para o conjunto da sociedade. Para Reis, portanto, o espaço público é parte constitutiva de um mercado político no qual os diferentes grupos de interesse disputam as atenções públicas, impondo-se não pela força mobilizadora dos argumentos que trazem à luz, mas por seu poder de controlar as estruturas comunicativas públicas. O recurso implícito ao modelo pluralista aparece também em muitos trabalhos que preconizam a transformação da legitimidade dos atores da sociedade civil em performance participativo-institucional. Nesse caso, a ação pública de movimentos sociais e outras organizações civis deveria estar dirigida para um arranjo institucional de "participação neocorporativa" estruturado para potencializar a "capacidade dos grupos de interesse de influenciar, direta ou indiretamente, as macroprioridades, diretrizes e a formulação de políticas públicas" (AZEVEDO, 1994 pg. 259). A posição dos autores, nesse caso, sustenta-se num diagnóstico desfavorável da democracia representativa e na constatação da necessidade política de fomentar as possibilidades de influência dos atores que agregam corporativamente interesses de determinados grupos sociais. Assim, o preconizado fortalecimento do espaço público tem aqui o sentido precípua de promoção, através de mudanças das configurações institucionais, do poder relativo dos atores corporativos, incluídos entre estes, as associações voluntárias e movimentos sociais.

A influência republicanista caracteriza, de forma marcante, as formulações de Tarso Genro acerca das possibilidades de construção de "uma esfera pública não estatal" (GENRO 1996, 1997, 1997b). Para o atual Ministro da Justiça e importante e importante político. O conjunto de organizações e associações com o caráter público devem, efetivamente, merecer um acesso sem mediações ao Estado.



*Associações comunitárias, entidades ecológicas e de gênero, redes de solidariedade e assistência social (...) podem dissolver as fronteiras burocráticas que separam o cidadão comum da estrutura estatal. A isso chamamos de 'esfera pública não-estatal', uma zona 'gris' entre o estado e sociedade civil tomada no seu conceito tradicional. Nela o Estado pode perder a sua potestade e a sociedade civil, por concerto e decisão, publicizar as suas demandas. (Genro, 1996 pg 36)*

Para Genro, o espaço público, ou conforme sua nomenclatura, a "esfera pública não estatal" constitui, por assim dizer, a ante-sala do Estado, o canal através do qual as diferentes associações levam suas demandas aos órgãos públicos. Note-se que aqui a legitimidade das associações civis como portadoras de interesses generalizáveis não necessita ser construída publicamente, ela está suposta pré-politicamente como atributo ontológico das organizações voluntárias. A "esfera pública não estatal" não constitui assim órbita de legitimação dos diferentes atores sociais e suas respectivas demandas, ela é antes o foro de transmissão ao Estado de reivindicações as suas prioridades justas e legítimas. O risco percebido aqui é que a "esfera pública não estatal", ao ser garantida e patrocinada pelo estado, como propõe Genro, se transforme, de fato, em esfera pública para-estatal, em mais uma arena institucional vulnerável à instrumentalização pelo Estado, pelos partidos e pelos políticos.

As concepções baseadas na sociologia das sociedades de massas parecem pouco adequadas para tratar das transformações por que passa a esfera pública brasileira nas duas últimas décadas. Observa-se, no período, um processo não de obliteração mas de construção efetiva de um espaço público no Brasil. Mesmo o campo da esfera pública controlado pelos media tem mostrado relativa porosidade para absorver e processar os temas trazidos pelos atores da sociedade civil. Por outro lado, em que pese a aludida configuração oligopólica das relações de propriedade em todos os campos da mídia brasileira, desenvolvimentos como a difusão de um estilo investigativo de jornalismo e a própria preservação do espaço de afirmação da autonomia dos que produzem o material divulgado pela mídia (jornalistas, produtores culturais, etc.), fazem dos meios de comunicação, diferentemente do que afirma a maior parte dos teóricos inspirados pelas teorias da sociedade de massas, atores importantes na construção do espaço público no país.

## 5. - Esfera Pública e Internet

Uma questão que poderia aqui ser levantada nesta pesquisa é o possível papel - em constante atualização - da Internet enquanto veículo de uma “esfera pública”. Quando escreveu seu livro (anos 1950), Hannah Arendt já conhecia o crescente isolamento dos indivíduos na sociedade moderna, mas, tal como muitos autores de ficção científica, a quem ela dedica respeito, tampouco conseguiu prever o advento da “rede mundial de comunicação”.

Embora a Internet ainda seja um mero campo onde brotam, aqui e ali, arremedos mais ou menos relevantes de “esferas públicas”, no futuro, talvez não tão distante, ela é bem capaz de abrigar ou ao menos propiciar o surgimento da verdadeira “esfera pública” mundial. Não é difícil imaginar assembleias de debates realizadas em grandes arenas - reais ou virtuais - interconectadas mundo afora como numa gigantesca video-conferência. A democracia pode ser representativa, mas a palavra e o testemunho devem ser de todos.

O momento cibernético nos oferece um panorama de estruturas espaciais de comunicação em plena convulsão. A antiga hegemonia da vida pública limitada territorialmente, estruturada e controlada pelo Estado, mediada pelo rádio, pela televisão, pelos jornais e livros, está sendo rapidamente erodida. Em seu lugar estabelece-se uma multiplicidade de espaços de redes de comunicação que não estão ligados imediatamente a território algum, e que fragmentam a esfera pública espacialmente integrada dentro dos quadros de um Estado-nação.

O ideal convencional de uma esfera pública unificada e sua imagem correspondente de uma república de cidadãos lutando para viver de acordo com algum "bem público" parece cada vez mais distante. O resgate da visão de Hannah sobre esfera pública, sobre mídia e sobre democracia ordena em parte esse mosaico complexo e que está em grande ascensão em todo o mundo.

Já para Pierry Lévy a idéia de esfera/espço público ganha, uma nova acepção. Para este Autor a forma e o funcionamento desse espaço público estão condicionados ao sistema dos meios de comunicação e à sua representação da realidade. As fronteiras políticas e físicas do Estado-nação foram abolidas no mundo virtual. A tecnologia

possibilitou o surgimento de uma esfera pública mundial, complexa e abrangente, que se desenvolve no ciberespaço e onde diversidade e liberdade de expressão, são palavras de ordem. (PIERRY LÉVY – O que é Virtual 1996, p 34)

Uma das características fundamentais do “ciberespaço democrático” é a convergência das mídias, ou seja, não há distinção entre as mesmas, não existem limitações técnicas e tão pouco de suporte, como existem nas mídias tradicionais. Os conteúdos das webmídias são organizados e estruturados por temas e de acordo com a preferência dos internautas, consumidores de informação. Há, portanto, espaço para toda e qualquer comunidade humana, grupo social, cultural ou ideológico representar-se diante da rede e inserir-se no ciberespaço.

Essa nova democracia da informação, sem editores, mediadores ou controladores, prioriza a liberdade de expressão de todas as vozes e mensagens. A busca e a construção do conhecimento pode ser um processo autônomo, é uma questão de escolha. Ainda que, fora do ciberespaço, tenhamos uma infinidade de limitações, padrões, regras, e instituições a mediar e interferir em nossas relações sociais, a realidade virtual permite a valorização da capacidade de sermos nossos próprios mediadores, de buscarmos a informação que nos interessa e de interagir, debater, destruir e construir conceitos em um processo coletivo e aberto de busca pelo conhecimento. Resgatamos no ciberespaço, o sentido de comunidade que permeia a história humana. As comunidades virtuais, que segundo Pierre Lévy pode duplicar comunidades já existentes ou se constituir de maneira original no ciberespaço, a partir de uma vontade de comunicação em torno de pontos comuns, quaisquer que sejam, entre internautas. As comunidades virtuais e suas características como tamanho, delineamentos políticos, culturais e comerciais são consideradas potências em segmentos de mercado, de opinião neste novo espaço público que se configura, além de potenciais em organização e inteligência coletiva. Nasce comunidades mundiais, interligadas pela rede e desvinculadas dos territórios físicos e de signos “limitadores” como a língua e a cultura, para se fundamentarem em novos elementos de significação, as senhas, os logos, as marcas registradas, os direitos autorais. Neste novo espaço público que vemos nascer e no qual também podemos contribuir na construção, está à essência da democracia. Participar, debater, interagir, construir, destruir para reconstruir de maneira melhor. Credibilidade é um elemento da democracia que se conquista com a participação de todos, assim como inclusão, transparência e universalidade são as características primordiais dessa nova esfera pública. Os cidadãos dessas cidades e comunidades virtuais desterritorializadas, essa nova “raça de cidadãos” como diz Lévy, tendem a serem “educados, informados, habituados a se exprimir, trabalhadores do intelecto e da comunicação na nova economia”. Os governos e administrações públicas já entenderam a necessidade de aderir à onda democrática que invadiu o ciberespaço. A tendência, cada vez mais visível, é a disponibilização on line das informações e serviços, de direito dos cidadãos, onde a

“revolução mundial do governo eletrônico”, como define Lévy, está na preferência “às políticas de potência em vez das políticas de poder”. Os bens materiais da economia clássica, cujo consumo é destrutivo, sedem espaço agora às informações e conhecimentos, cuja utilização e apropriação não os destrói e é ainda capaz de multiplicar seu valor. (PIEERE LÉVY – Cibercultura 1999, p.49)

Enquanto o objetivo das políticas de poder é conter e anular a inteligência coletiva e conseqüentemente toda força e potência desta coletividade, nas políticas de potência a inteligência coletiva criativa é utilizada para promover uma comunicação transversal e interativa, para democratizar a informação que liberta e possibilita escolhas conscientes. O mérito da ciberdemocracia, seja através das ágoras virtuais ou do voto eletrônico, está também na promoção de fóruns de discussão, da organização e ação política, da construção de uma base de dados e informações políticas atualizadas e plurais, mas, sobretudo, como define bem Pierre Lévy, “o ato essencial da democracia não é o voto, mas a deliberação, a saber, o exercício da inteligência coletiva na elaboração das leis das grandes decisões políticas.”

Existem ainda no ciberespaço, obstáculos a serem transpostos. Entretanto, o processo de construção de qualquer sistema democrático, seja ele tradicional ou virtual, é sem dúvida um processo não linear e aberto a novas contribuições, com espaço suficiente para compreender e interconectar os diversos movimentos que surgem: ecologista, social, antiliberal, antiamericano, antiglobalização como também os de liberalização das trocas, de abertura dos mercados.

A internet é, de longe, um dos mais fascinantes campos onde se pode experimentar o potencial do "crossover (interatividade) de mídias". Áudio, vídeo e texto em diversas extensões e linguagens reinventam layouts de sites a cada dia; serviços como tv e rádio “on line” fundidos com notícias de artistas, referências a outros dados e informações são oferecidos em larga escala na rede. E o que permite esse amálgama multimídia ainda mais interessante é que a “world wide web” pode ser acessada através de outros suportes que não o computador, seja de celulares, seja de videogames.

Tais características fazem da internet um meio de comunicação ainda mais atraente e plural, onde informações e serviços estão acessíveis a qualquer pessoa que tenha acesso a um desses mecanismos que a conectam à rede. Mas até que ponto tais tecnologias e produtos recentíssimos interferem em nosso cotidiano e promovem mudanças?

## Conclusão

Ao pesquisarmos as obras de Hanna Arendt percebemos a grande importância de tecer uma reflexão sobre as questões do nosso tempo em meio a nossa esfera pública. Ao lançar o convite para que "pensamos sobre o que estamos fazendo" Arendt provocou-nos para uma reflexão sobre a nossa própria condição humana. Segundo a pensadora, "a fonte imediata da obra de arte é a capacidade humana de pensar".

Entretanto suas idéias são obstante originais e instigadoras. Durante a fase de elaboração e finalização da presente pesquisa foi possível identificarmos as suas principais ideias entre elas, podemos citar:

- a) A idéia de liberdade não equivale a livre-arbítrio, mas está identificada nela a esfera da ação, equivalendo à soberania. Os homens e mulheres tornam-se livres ao exercerem a ação e decidirem, em conjunto, seu futuro comum;
- b) Os homens são livres, diferentemente de possuírem o dom da liberdade enquanto agem. Ser livre e agir é a mesma coisa;
- c) Para assegurar as condições da prática da liberdade, os seres humanos devem preservar o espaço público e renunciar a soberania. O espaço público para ser preservado requer a manutenção da cidadania e do direito de ter direitos;
- d) O poder é gerado na convivência e na cooperação. A violência destrói o poder, uma vez que esta se baseia na exclusão da interação e da cooperação com os outros;
- e) O pensamento não produz coisas, mas ele se torna tangível no processo de retificação da própria vida;
- f) A liberdade política é sinônimo de ação. É apenas no ato de agir que efetiva o processo de construção do mundo onde os homens vivem, sendo que ela é a razão pela qual os homens convivem em comunidades politicamente organizadas;

g) A razão da política é a liberdade e seu domínio de experiência é a ação.

Um dos aspectos mais importantes e relevantes no pensamento de Hannah Arendt são a separação que ela fez entre esfera pública e esfera privada. A esfera pública é o espaço da palavra e da ação, onde ocorre o agir conjunto, a existência do "nós" e a manifestação da política. A esfera privada é o reino das necessidades do homem enquanto ser que precisa sobreviver, enquanto ser que possui necessidades biológicas.

O pensamento político e filosófico de Hannah Arendt conserva a pertinência, o caráter original e inusitado que fizeram dela uma importante figura no cenário da teoria política contemporânea. A originalidade da perspectiva teórica arendtiana se revela, por exemplo, em sua avaliação da crise da política no mundo contemporâneo, no qual se mostram cada vez mais exíguas as possibilidades de uma experiência democrática radical. Para Arendt, o traço marcante da política na modernidade é o esquecimento das suas determinações democráticas essenciais, de origem greco-romana. Por um lado, isto se dá em função do crescente emprego dos meios tecnológicos da violência, aspecto elevado ao paroxismo pelos totalitarismos de esquerda e de direita ao longo do século XX. Por outro lado, mas de maneira concomitante, este esquecimento do sentido democrático da experiência política se dá por causa da transformação estrutural da esfera pública no espaço social das trocas econômicas de uma sociedade constituída por operários e consumidores. Esse último fenômeno acarreta a crescente perda de autonomia do político em relação ao âmbito das necessidades econômicas.

Ao recusar os paradigmas clássicos do marxismo e do liberalismo político em sua crítica da política na modernidade, Arendt procurou reconsiderar o sentido da ação política e do espaço público no presente. Ela o fez por meio de uma análise das experiências políticas originárias da *polis* grega e da *respublica* romana. Isto não significa que a Autora tome tais experiências como modelos normativos do passado a ser imitados no presente, como muitas vezes se pensa. Tal retorno ao passado não é motivado pelo saudosismo nostálgico, mas tem por fim encontrar novos critérios de avaliação do sentido da política, os quais permitam elucidar as manifestações políticas democráticas radicais da modernidade e do mundo contemporâneo.

Finalmente estudarmos a existência, o conceito e a definição das esferas de acordo com o pensamento arendtiano foi instigante e merecedor de grande destaque

pois a partir da inserção do homem em seu meio, frente ao labor, ao trabalho e a ação acabamos por achar em todo esse contexto a definição da condição humana.

No entanto percebemos que a ética política fundada na noção de dignidade é, para Hannah Arendt um elemento de harmonização nas relações humanas. Na presente monografia apresentamos o pensamento político de Hannah Arendt como sendo capaz de contribuir com novos conceitos sobre a esfera pública e as suas relações com a política, como meio social e sobretudo com a mídia.

## **Notas:**

1 - O modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre Estado e as necessidades da sociedade, era computada ela mesma no setor privado. À medida que o setor público se imbrica com o privado, este modelo se torna inútil. Ou seja, surge uma esfera social politizada, que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público e do privado. [...] O processo, politicamente relevante, do exercício e do reequilíbrio dos poderes transcorre diretamente entre as administrações privadas, as associações, os partidos e a administração pública; o público enquanto tal só esporadicamente é inserido neste circuito do poder e, então, apenas também para que aclame (Habermas, 1984, p. 208).

1 - Segundo Ciro Marcondes (1994:17) o vocábulo *média*, que significa meios de comunicação é o plural latino do termo *médium*. Em português, a palavra *mídia*, incorporada ao nosso idioma como designação dos meios de comunicação social: jornais, revistas, cinema, rádio, TV etc. (novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2 ed. Rio de Janeiro Nova Fronteira).

3 - Tal concepção constituiria uma tentativa de associar aquilo que permaneceu separado ao nível da teoria social, a saber, a dimensão interativa com a dimensão reflexiva. Os públicos reflexivos constituem uma tentativa de fundir em uma única concepção as dimensões cultural e política do conceito de esfera pública, de tal modo que as dimensões interativas e reflexivas sejam aporte do mesmo conceito.(...).o conceito de públicos reflexivos reconhece o papel desempenhado pela experiência mediada nas formas de interação e de quase interação nas sociedades contemporâneas.” (Avritezer, 2000,p.77-78)

4 - Apesar da essência pública da política, Arendt afirma que a linha divisória entre a esfera privada e a esfera pública desaparece ocasionalmente em Platão e Aristóteles. Para Platão, as experiências da vida privada podem ser transferidas para vida na polis. E Aristóteles, seguindo Platão, defendeu que a origem histórica da polis estava ligada a superação das necessidades e somente a finalidade última da vida boa na polis (a felicidade) transcende a insuficiência biológica da casa e da família.



5 - Para Arendt, alguns filósofos e os defensores da vida contemplativa são os únicos que ainda procuram reabilitar a perspectiva metafísica da imortalidade no espaço público. A palavra povo reteve para eles o sentido de coletividade, de infindável variedade de uma multidão cuja majestade residia em sua própria pluralidade. Oposição à opinião pública ou seja, à unanimidade potencial de todos, era, por conseguinte, uma das muitas coisas sobre as quais os homens da Revolução Americana estavam plenamente de acordo; eles sabiam que o plano político, numa república, se constituía numa troca de opiniões entre iguais, e que esse plano simplesmente desapareceria, no próprio instante em que esse intercâmbio se tornasse supérfluo, se por acaso todos os iguais fossem da mesma opinião" (Arendt, 1988, p. 74).

6 - A referência à construção de um espaço público no Brasil não nega a importância do familismo e do patrimonialismo na política brasileira, nem suas consequências deletérias para a apropriação dos bens públicos (como mostra O'Donnell 1993) e para a construção e legitimação de uma ordem como a democrática, baseada em leis impessoais e de validade universal (ver a respeito Santos, 1993). A constituição do espaço público e a simultânea negação factual de sua existência pelos atores sociais, através de suas práticas, parecem conformar uma nova face desse mosaico ambíguo que é a vida política latino-americana (Sérgio Costa 1997c: cap. 3).

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERENCIADA**

**ADORNO**, T.W. (1973): "A indústria cultural". In Cohn, G.: Comunicação e indústria cultural. S. Paulo, Cia Ed. Nacional.

**ANTUNES**, Marco Antonio, O público e o privado em Hannah Arendt. Tese de Mestrado. Universidade da Beira Interior / São Paulo.

**ARENDT**, Hannah. 1998: O que é Política. Rio de Janeiro – BCD União de Editoras S.A.

**ARENDT**, Hannah. 1995: A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

**ARENDT**, Hannah. 1993: Origens do Totalitarismo – Rio de Janeiro.

**AVRITZER**, L. 1996: A moralidade da democracia. S. Paulo/B. Horizonte, Perspectiva/UFMG.

**AVRITZER**, L; **COSTA**, 2004: S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 4, p.703-728, 2004.

**BRIGGS**, Asa & **BURKE**, Peter 2006: Uma história social da mídia – De Gutenberg à Internet. São Paulo: Zahar, 2006.

**CASTRO**, Maria Céres Pimenta Spínola; Maia, Rousiley. Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: UFMG. Coleção: Humanitas, 2006.

**CÂNDIDO**, Celso – (Texto) A construção da Ágora Virtual.

**COSTA**, S. (Texto) A democracia e a dinâmica da esfera pública. Lua Nova, São Paulo, n. 36, p.55-65.

**COSTA, S.** 1997: "Contextos da construção do espaço público no Brasil". Novos Estudos, no. 47.

**COSTA, Sérgio** 2000: Esfera Pública e as mediações entre cultura e política no Brasil. CEBRAP, 2001.

**GENRO, T.** 1997: "Uma nova cultura da solidariedade". Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 12/01/97.

**GOMES, Wilson.** 2002: Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política.

**MAIA, Rousiley;** e Maria Céres Pimenta Spínola Castro Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: UFMG. Coleção: Humanitas, 2006.

**MARCONDES, Ciro.** 1994: Comunicação Mídia e Política Ed. Rio de Janeiro.

**HABERMAS, J.** 1984: Mudança estrutural da esfera pública. São Paulo. Tempo Brasileiro

**HANCHARD, M.** 1996: "Cinderela negra? Raça e esfera pública no Brasil". Estudos Afro- Asiáticos, no. 30.

**LIMA, V.A.** 2001: Mídia: Teoria e Política. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

**PIERRY Levy,** 2007: (Texto) Novas tecnologias em comunicação.

**PINHO. J.B** 2003: – Jornalismo na internet - São Paulo. Sumus

**REIS F. W.** 1994: Cidadania, mercado e sociedade civil. In Diniz, E. J. S. L. Lopes & R. Prandi (org.): O Brasil no rastro da crise. S. Paulo,

**SANTOS, W.** 1993: Razões da desordem. Rio de Janeiro, Rocco, 2a. ed.

**SÓDRE, M.** 1996: Reiventando a Cultura: A comunicação e seus produtos. Petrópolis, Vozes

